

Fundação Getúlio Vargas

Projeto: Preservação da memória das Olimpíadas – projetos e ações

Entrevistado: Ricardo Leyser Gonçalves

Local: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Entrevistadores: Carla Siqueira; Vivian Fonseca

Transcrição: Gabriela Franco Duarte

Data da transcrição: 31/10/2016

Conferência de Fidelidade: Lucas Pacheco Campos

Data da Conferência de Fidelidade: 01/02/2017

1ª Entrevista 25.10.2016

C.S. – Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2016, projeto “Preservação da memória das Olimpíadas – projetos e ações”. Entrevista com Ricardo Leyser, entrevistadoras Carla Siqueira e Vivian Fonseca. Ricardo, queria começar agradecendo a sua disponibilidade, a sua presença aqui hoje para dar o seu depoimento ao projeto, e queria começar pedindo que você resumisse um pouquinho como foi a sua formação, onde você estudou.

R.G. – Muito bem. Eu que agradeço o convite e a iniciativa, que eu acho muito bacana, da fundação. A Fundação Getulio Vargas esteve envolvida em vários momentos também, tanto da candidatura, quanto da execução dos jogos. Então é bem legal. Eu tenho duas graduações. Eu me formei em ciências sociais na USP¹ e em administração pública na Escola de Administração de Empresas, em São Paulo, lá na fundação também. Os dois eu entrei em 1988, aí eu me formei na FGV em 1991 e eu terminei as sociais em 1994.

C.S. – Ricardo, vai ser muito importante também na sua trajetória a sua militância. Queria que você contasse um pouquinho como que você entra nessa militância no UJS², depois PCdoB³. Como foi essa história?

¹ Trata-se da Universidade de São Paulo (USP).

² Trata-se da União da Juventude Socialista (UJS),

R.G. – Eu entrei na UJS em 1986. O UJS foi fundado em 1985. Então eu entrei logo no primeiro ano. Eram tempos de redemocratização. O PCdoB ficou legal em 1985. O PCB⁴ e o PCdoB. No governo Sarney⁵ teve essa abertura. Mas a minha família sempre foi uma família de esquerda. Meu pai foi militante do partido na década de 1960. Por questões dessas da vida ele escapou de ir para a luta armada, porque estava tudo pronto para ir. Meu pai foi colega de dois comandantes do Araguaia. Estudavam com ele na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas aí, antes que meu pai enveredasse por isso, meu avô arrumou um emprego para ele fora da cidade. Foi para o interior, aí do interior ele veio para o Rio de Janeiro e aí foi contratado por uma multinacional e, por um acidente só, que ele acabou não se envolvendo em algo mais complicado na militância dele. Mas vários amigos... Então, desde criança, sempre convivemos com pessoas à esquerda. Muita gente que vinha dessas organizações clandestinas, em especial os amigos do meu pai, foram para a Ala Vermelha do PCdoB⁶ e alguns amigos também do MR-8⁷. Realmente muita gente com muita militância. Então isso sempre foi parte, lá em casa, um pouco do dia a dia das pessoas. Sempre teve uma formação mais à esquerda, de forma que foi natural. Naquela época todo mundo acabava se envolvendo mais em política. A partir dos comícios das diretas começou com... Na verdade, um pouco em 1982 nas eleições para governador, que já era uma novidade, as pessoas... Tinha um clima muito positivo, mas aí eu ainda era muito jovem. A gente só acompanhava. Em 1984, que eu já tinha uns 14 anos, aí já era um programa. No começo das diretas todo mundo queria ir, todo mundo andava com a camisa amarela da campanha. As famílias andavam todas... E tinha um clima muito positivo. Então era um momento muito tranquilo de você se iniciar na militância política. Mas eu entrei em 1986 e não militei muito, porque eu estudava em uma escola de elite lá em São Paulo, que é o Bandeirantes, e até tinha alguns amigos que se filiaram à UJS, estavam tentando montar o grêmio na escola. Era muito essa luta por montar o grêmio. As escolas eram muito fechadas, não tinha muita participação dos estudantes. Não existia muito isso. Mas eu também já estava no segundo ano do ensino médio, então estava mais preocupado com o vestibular do que com a militância. E aí eu só fui retomar quando eu

³ Trata-se do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁴ Trata-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁵ O entrevistado se refere ao ex-presidente José Sarney.

⁶ Trata-se de uma organização clandestina de esquerda que atuou contra a ditadura civil-militar que vigorou entre 1964 e 1985 no país.

⁷ Trata-se do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização clandestina de esquerda que também atuou contra a ditadura civil-militar.

entrei na USP, em 1988. Aí sim a gente tinha um comitê universitário, aí eu comecei a militar mais fortemente. Em 1990 eu filiei no PCdoB. Naquela época as coisas ainda eram meio semiclandestinas. Então se você filiava ao UJS, ser aceito no Partido Comunista era um tempo. Não era uma coisa tão óbvia. O partido ainda tinha muitas regras, ainda tinha uma certa mentalidade não só da clandestinidade, mas de partido de quadros, uma coisa um pouco mais restrita. E aí foi isso. Acabei fazendo parte do comitê universitário e tal, depois segui minha vida profissional. Aí fui trabalhar mais, vamos dizer, por indicação do partido, ou nos projetos do partido, quando a Marta Suplicy foi eleita prefeita de São Paulo e o PCdoB assumiu a Secretaria de Esportes. Nós estávamos há muitos anos fora da administração pública. Última experiência nossa em São Paulo tinha sido no governo Mário Covas, porque na Erundina⁸ nós também não participamos. A Erundina teve a pachorra de oferecer ao PCdoB a participação no governo através do serviço funerário e aí nós recusamos participar dessa forma. [riso] Aí só viemos realmente a participar do governo depois, da Marta, quando ela nos convidou para a Secretaria de Esportes. Tinha um problema muito sério. Desculpa. Um pouquinho o porquê do esporte, que é interessante. Porque o Aldo⁹, que era nosso deputado em São Paulo, ele assumiu a CPI da CBF/Nike¹⁰. E aí começou o primeiro passo, a nossa primeira inserção mais forte no esporte. Por causa desse protagonismo do Aldo na CPI, que eles geram no PT¹¹ essa ideia de: “Ah, então chama o PCdoB para tocar o esporte, porque eles foram tão bem na CPI”. E aí a Nádia¹² acabou assumindo a secretaria. A primeira tarefa, – nós assumimos no primeiro dia de janeiro, primeiro dia útil –, era organizar a Fórmula 1 e a Fórmula 1 era uma complicação enorme, porque você tinha três meses para fazer. Era final de março, começo de abril, esse primeiro GP¹³. Sempre variava nessa data. Então você assumia e já tinha que fazer. Era o maior evento da cidade de São Paulo, o maior orçamento da Secretaria de Esportes. Quase todo o dinheiro do esporte era basicamente para a Fórmula 1. Você tirando o que era manutenção da secretaria, pessoal, segurança, limpeza, essas coisas, o principal investimento era a Fórmula I. E a Nádia foi convidada, sei lá, 20 de dezembro. Uma coisa por aí, bem final do ano, os últimos 15 dias do ano, que ela foi convidada. E aí foi

⁸ O entrevistado se refere a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

⁹ O entrevistado se refere a José Aldo Rebelo Figueiredo.

¹⁰ Trata-se de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) que investigou denúncias que envolviam a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e sua fornecedora de material esportivo, a empresa Nike.

¹¹ Trata-se do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹² O entrevistado se refere a Nádia Campeão.

¹³ Trata-se da abreviação de Grande Prêmio de Fórmula 1 (GP).

uma correria desgraçada para tentar montar a equipe e dar vazão a essa questão da Fórmula 1. Tinha uma máfia que explorava as reformas de Interlagos, tinha todo um problema nas obras e aí ela me ligou e eu fiquei estudando o edital de licitação entre Natal e Ano-Novo. Por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁴ a gestão anterior, ela não podia assinar os contratos. Então ela fez as licitações, mas não podia assinar os contratos. Só podia assinar no ano seguinte. E eram contratos todos denunciados ao Ministério Público, com inquérito da polícia, era a maior confusão. Então eu passei entre Natal e Ano-Novo estudando edital de licitação para ajudar a Nádia, a nossa secretária, nessa questão da Fórmula 1. Então foi aí que eu entrei no esporte. De um dia para o outro.

C.S. – E Ricardo, logo em seguida vocês vão ter outro desafio, que é organização dos Jogos Sul-Americanos, não é isso?

R.G. – Os Sul-Americanos são, digamos, a nossa entrada de verdade no projeto olímpico. Por quê? O que aconteceu? Os Jogos Sul-Americanos iam ser na Colômbia, se não me engano em Bogotá, e a cidade, ela abriu mão. Por problemas de violência, enfim, todas aquelas confusões naquela época e eles abriram mão. Os jogos estavam ali, à beira de ser cancelados ou não. O Comitê Olímpico¹⁵ propôs assumir, já na estratégia do Brasil ser candidato aos Jogos Pan-Americanos de 2007. Então nesse contexto de candidatura para o Pan de 2007 é que o Brasil, ele resolve assumir, com quatro meses de antecedência, por aí, esses jogos. Era uma situação tão complicada do Brasil, em termos de infraestrutura esportiva, que nós tivemos que fazer em quatro cidades. Nós tivemos no Rio, em São Paulo, em Curitiba e em Belém, porque você não tinha uma pista de atletismo nem no Rio, nem em São Paulo, por exemplo. Só tinha em Belém, lá no Mangueirão. Então era uma situação muito complicada. Mas foi onde nós tivemos o primeiro contato com esse mundo desses eventos multiesportivos. A Fórmula 1 não é um evento dessa característica. A Fórmula 1, ela, se você pegar o esporte isolado, ela é muito mais sofisticada e complexa que qualquer evento desses. Mas é uma coisa singular, é um único esporte. Esses que são multiesportivos, eles têm um outro tipo de complexidade, que são diferenças de regra, de equipamento, de tudo entre os diversos esportes. Aí nós entramos no Sul-Americano. A Nádia pediu que eu olhasse a parte de orçamento, de tudo. O chefe de gabinete, que era o Júlio Filgueira, foi também se

¹⁴ Trata-se da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

¹⁵ Trata-se do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

dedicar a esse tema e acabamos fazendo e aí nos aproximamos disso. Nesse contexto dos Sul-Americanos e da candidatura ao Pan-Americano do Rio foi que a cidade de São Paulo e o estado também... O secretário era o Lars Grael. A Nádia provocou ele e ele concordou. Se manifestam quanto à questão de por que o Rio tinha sido escolhido para o Pan-Americano sem que nenhuma outra cidade tivesse sido convidada a participar, etc. e tal. Quer dizer, questionando qual era o critério de escolha da cidade para representar o Brasil. E a resposta do COB foi: “Olha, na época ninguém mais se interessava, ninguém falava, mas agora que vocês estão sabendo, nós prometemos que quando tiver a candidatura aos Jogos Olímpicos, nós vamos fazer. São Paulo vai poder participar.” Isso gera, então, depois, uma postulação à candidatura, uma fase interna, na verdade, para escolher qual a cidade que ia postular a candidatura de 2012. Você tem Rio e São Paulo. A partir do Sul-americano é que começa a entrar no nosso radar essa questão dos eventos multiesportivos.

C.S. – Ricardo, e esse momento dos Sul-Americanos, então, há esse diagnóstico de uma certa precariedade.

R.G. – É, exatamente. A gente sabia da precariedade nossa na prefeitura. A Prefeitura de São Paulo, ela tem uma rede bem interessante de equipamentos, mas era uma rede que estava completamente sucateada. Você tinha mais de 60 piscinas, mais da metade fechadas. Ginásios velhos, pista de atletismo não atendia mais os requisitos. Aquela coisa. Ginásio com goteira. Quer dizer, uma situação muito complicada, que até o final do governo, a gente conseguiu reabrir todas as piscinas públicas, conseguimos dar uma melhoria razoável nessa rede. Essa rede hoje ainda não é uma rede moderna, mas ela mais ou menos se manteve em um patamar já um pouco mais adequado. Tinha o Pacaembu¹⁶, tinha o autódromo, tem o centro olímpico lá do Ibirapuera¹⁷. Então tinha equipamentos grandes e interessantes. Aí, quando nós vamos ver essa questão do sul-americano, que isso vai ficando um pouquinho mais claro, de que não era só São Paulo, mas que o Brasil inteiro estava sofrendo desse problema.

C.S. – E também uma percepção de como isso dialogava com o desempenho dos atletas?

¹⁶ Trata-se do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, mais conhecido como Pacaembu.

¹⁷ Trata-se do Parque Ibirapuera, um parque público localizado na capital paulista.

R.G. – Também, também. Porque nós chegamos lá na prefeitura e estava tudo parado. As escolinhas, porque você tinha no centro olímpico, por exemplo, uma tradição muito grande de escolas de iniciação. Quer dizer, o Brasil viveu um momento em que as estruturas sucatearam e aquilo que era feito deixou de ser feito. Então nós encontramos milhares de uniformes abandonados. A *Magic Paula*¹⁸ que era a diretora do centro olímpico. Encontrou milhares e milhares. Aí ela retomou, fez as peneiras. Porque nós estávamos vivendo anos de neoliberalismo, anos de Malan¹⁹, Fernando Henrique, em que todo gasto, ele era contingenciado. Para vocês terem noção, quando a gente assumiu, não tinha aparelho de telefone para você ligar. Você tinha que levar de casa se quisesse telefonar. Porque era proibido há muitos anos. Eles não tinham recuso para comprar nada. Nem aparelho, nada, nada. Tanto é que no primeiro ano de Fórmula 1 nós conseguimos racionalizar um pouco os gastos, economizamos 20%, mais ou menos, que na época eram R\$ 5 milhões. Fizemos uma compra gigantesca de material esportivo e tinha muitos anos que não tinha bola, não tinha apito, não tinha as menores condições dos profissionais trabalharem lá. Então era uma situação muito de desastre. Realmente você vê que tinha uma questão estrutural por detrás. Você teria condições de fazer muito mais coisa, formar base, etc. e tal, e aqueles anos foram congelados. São gerações inteiras de jovens que, de alguma maneira, não entraram nem naquele mínimo que existia, que é o mínimo da década de 1970, da década de 1980 que, durante um certo tempo, produziu atletas, produziu um monte de riqueza para o esporte nacional. Aquilo depois, década de 1990, início de 2000, aquilo sucateia tudo, é largado, o esporte é sempre relegado ao pior tipo de composição política. Os nossos antecessores, na média, ficavam um ano na secretaria. Aliás, isso sempre foi uma certa tônica nas secretarias de esporte. Uma rotatividade muito grande. Então quando a gente assume, é uma coisa um pouco nova de você ter uma secretaria de governo com algum protagonismo, porque aí as relações entre PCdoB e PT eram relações muito mais ideológicas, não eram relações fisiológicas. Nós não fomos nomeados para trocar voto de vereador, nada dessas coisas que as pessoas fazem normalmente. E a Nádia tinha muito respeito da prefeita, da Marta. A secretaria, ela se portava, ela se postava, vamos dizer assim, muito mais fortemente do que anteriormente. Se fez planejamento, se estruturou programas, então isso era um pouco novidade. A gente via um pouco as pessoas do mundo esportivo

¹⁸ O entrevistado se refere a Maria Paula Gonçalves da Silva, ex-jogadora de basquetebol brasileira, mais conhecida como *Magic Paula* ou apenas como Paula.

¹⁹ O entrevistado se refere a Pedro Malan, Ministro da Fazenda no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

estranhando um pouco e muitas, inclusive, apostando o seguinte: “Ah, mas isso não vai dar certo, porque ano que vem eles vão sair e tal.” Aí quando você acaba consolidando dois anos, dois anos e meio, três, depois vem o ministério e tal, aí você começou a mudar um pouquinho isso. Mas hoje ainda é um pouco a lógica da maioria das secretarias pelo Brasil. Se você olhar bem, não tem nenhuma grande secretaria de esporte estadual. Você até tem boas secretarias municipais, mas nos estados você não tem nenhuma política pública de relevância nessa área de esporte ainda hoje. Porque quando a gente foi construir o Centro Paralímpico em São Paulo, nós construímos não com a Secretaria de Esporte, mas construímos com a Secretaria da Pessoa com Deficiência. Não por uma escolha nossa, mas por uma postura do governo do estado de São Paulo. Então, é a maior obra esportiva do estado de São Paulo em parceria com o ministério e acho que a maior obra de décadas. Talvez só tirando o futebol, tirando as arenas, não lembro de nenhum investimento parecido em muitos anos. Ela não foi feita com a Secretaria Estadual de Esporte. Então você tem realmente uma fraqueza desses órgãos de gestão do esporte muito grande, o que permitiu também que muitas entidades esportivas ficassem aí muito tempo confortáveis, muito tempo encastelados, porque assim também o poder público era completamente ausente. Então não tinha nenhum tipo de acompanhamento.

C.S. – Ricardo, começando a falar do Ministério dos Esportes, onde você teve uma experiência de 13 anos, desde o início da criação do ministério em 2003. Então queria te pedir para comentar esse momento que você vai para esse ministério, esse ministério que está se organizando. Quais eram as diretrizes do novo ministro? Qual é a situação ali inicial?

R.G. – A criação do Ministério dos Esportes e a ida do PCdoB, ela segue a mesma lógica da CPI, depois a secretaria. Então havia uma boa avaliação do que nós fizemos na CPI da Nike e uma boa avaliação do desempenho já da prefeitura de São Paulo. Então já somando os dois, nada mais lógico que nós fôssemos para o esporte. Houve até uma reação inicial do partido em ir para o esporte. Houve uma certa dúvida, porque ainda não era um tema muito identificado a nós. Então você tinha várias outras áreas, na educação, na saúde, na ciência e tecnologia em que nós tínhamos muito mais inserção na vida real. O esporte não era uma coisa que nós tivéssemos representatividade. Um número grande de atletas, ex-atletas, ou dirigentes esportivos, ou técnicos, ou treinadores. Não era uma coisa da nossa tradição. Enquanto [em] outras áreas a gente

tinha inúmeros reitores de universidades federais, estaduais, por aí, tradição no movimento médico, tradição na educação, tudo isso. Então foi até uma coisa que foi um pouco, no começo, de difícil digestão no partido. Mas nós, que estávamos já trabalhando com esporte, nós fazíamos um contraponto, que a gente falava: “Olha, é uma política pública muito boa, porque você não tem os problemas estruturais que têm a saúde e a educação, então no esporte não morre ninguém no corredor como na saúde. Mas, por outro lado, é uma política que pode ser uma política social muito bacana, porque tem impacto na saúde, ela tem impacto na educação, ela tem vários impactos para além do esporte”. E para trabalhar com juventude, que nós tínhamos muita tradição, muita inserção, nós defendíamos que era um bom instrumento. A Nádia ficou cotada muito tempo para assumir esse ministério, mas no final a prefeita Marta Suplicy fez uma certa carga para que ela ficasse. Até hoje acho que isso foi errado. Ela acabou ficando e o Agnelo, que era deputado federal nosso por Brasília, Agnelo Queiroz, assumiu o ministério. Quando nós assumimos, recém tinha sido aprovada a Lei Agnelo/Piva²⁰, em 2002, que aliás, antes do ministro Agnelo virar ministro, eles chamavam de Lei Piva. Mostra bem como se comportam as nossas entidades esportivas com o poder. Porque a lei, ela foi montada um pouco no gabinete do Agnelo, enquanto deputado, e depois com o senador Piva²¹ de São Paulo. E o que acontece? Como o Agnelo era um deputado de oposição ao governo e o Piva era um senador da base, quando aprovou os amigos do Comitê Olímpico passaram a chamar de Lei Piva. Na sequência, como trocou o governo e o deputado Agnelo Queiroz virou ministro, a lei virou Lei Agnelo/Piva. Mas é um bom exemplo de como funcionam as relações do nosso mundo esportivo com o poder. Durante um tempo até chamavam Lei Agnelo, quando eles queriam ser mais explícitos na relação [riso] que também não era justo com o nosso ex-senador. Então Agnelo assume e por que eu falei da Lei Agnelo/Piva? Porque a Lei Agnelo/Piva ela colocou recursos para o sistema olímpico e paralímpico para as confederações. Então na cabeça do ministro Agnelo Queiroz e um pouco de todos nós, o rendimento, o esporte mais profissional, ele já estava contemplado com o início da vigência daquela lei, que passava recursos das loterias, recursos federais, para a manutenção e funcionamento do Comitê Olímpico, do Comitê Paralímpico e das suas entidades afiliadas. Então todo desenho do ministério, ele vai para parte social. Esse é o

²⁰ Trata-se da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.

²¹ O entrevistado se refere a Pedro Franco Piva, ex-senador pelo Estado de São Paulo e filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

grande mote. Tanto é que o principal quadro político nosso, tirando o ministro Agnelo, a ir para o ministério, que é o Orlando²², ele vai para a Secretaria de Esporte Educacional. Justamente com essa ideia de reforçar e projetar uma política pública de esporte para a juventude, ou para a infância brasileira. Então ele assume essa secretaria e eu fui para lá para ser assessor do Agnelo, para tentar repetir um pouco de planejamento, alguma das coisas que a gente tinha feito lá em São Paulo. O primeiro ano é um ano bem complicado. A equipe que o Agnelo, a princípio, montou, ainda era uma equipe mais, vamos dizer assim, conservadora, que tinha dificuldades em lidar com aquilo que a gente estava propondo, de fazer um outro tipo de política. Era um ministério novo, começou com a briga pelo espólio do antigo Ministério do Esporte e Turismo, então aquelas coisas de quem é que fica com o carro, quem é que fica com o motorista. Aquelas coisas bem rasteiras da burocracia, mas que dão um trabalho razoável, porque você tinha uma estrutura só. E sempre o Ministério do Esporte e Turismo, ele foi um ministério mais do turismo do que do esporte, porque você tinha a Embratur²³, você tinha uma tradição muito mais forte do turismo e o esporte relegado a um 15º plano, em termos de orçamento, de protagonismo, de tudo. Então essa montagem, ela foi muito complicada. Até porque o pessoal do turismo achava que o ministério era mais do turismo do que do esporte. Então esse primeiro ano foi um ano muito conturbado, um pouco aprendendo a lidar com as coisas e enfrentando muita sabotagem dessa burocracia estável. Essa burocracia estável é muito conservadora e tem muita dificuldade em lidar com as coisas, então se negava informação de tudo que é tipo. Quanto você tem de orçamento, quanto que está liberado, quanto que não está, quanto que já pagou, que são dados extraídos de programas que têm uma certa complexidade no governo, mas naquela época não era uma coisa tão simples e nós entrando no governo federal pela primeira vez na história. Segundo o presidente Lula, a primeira vez em 500 anos, então, obviamente, ainda sem todo o conhecimento das coisas não técnicas do ponto de vista da política pública, mas técnicas do ponto de vista de operar os sistemas, de operar a área-meio mesmo de funcionamento do governo. Então muita dificuldade. Durante esse primeiro ano se montou um pouco o esboço do que se viria a ser o programa Segundo Tempo, que foi lançado, mas também uma transição, porque o Agnelo, ele tinha uma preocupação. Apesar do ministério ser muito pequeno em termos

²² O entrevistado se refere a Orlando Silva de Jesus Júnior, mais conhecido politicamente apenas como Orlando Silva.

²³ Trata-se do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), autarquia especial do Ministério do Turismo.

do que fazia, o Agnelo não queria que nós deixássemos de atender nenhuma criança. Então tinha uma certa polêmica entre desenhar uma nova política pública e começar dentro de um novo molde e, ao mesmo tempo, renovar. Aí você tinha uma quantidade de ONGs²⁴ e coisas muito aparentemente etéreas, que tinham sido conveniadas. Houve muita mudança de ministro, cada ministro vinha, concentrava na sua base eleitoral. Mas o Agnelo, ele tinha a seguinte visão, ele falava: “Olha, nós não podemos, de forma alguma, deixar que as crianças que estão lá na ponta sejam prejudicadas por questões políticas.” Mas, ao mesmo tempo, outro pedaço nosso muito preocupado em romper com aquele tipo de modelo, porque não tinha nenhum tipo de padronização. Era uma coisa muito... “Alguém pediu, eu vou fazer e pronto.” Não tinha uma coisa mais articulada, com objetivo mais claro. Por outro lado, a nossa equipe produzindo um programa mais redondo, em termos de quais são os objetivos, quais são os critérios, qual a elegibilidade, qual o custo unitário para cada criança, tudo isso. Então o primeiro ano foi muito de choque de compatibilização. No meio desse choque o Agnelo trocou o seu secretário executivo, que era a principal peça de resistência a essa modernização dos programas. Era muito conservador não só do ponto de vista político, mas conservador do tipo, assim, “melhor não fazer nada”. Porque hoje o Estado brasileiro, – já naquela época –, quanto menos você fizer, menos chance você tem de ser acusado de qualquer coisa. Então é um Estado que ele está montado para se reproduzir. Ele não está montado para o atendimento à população. Então as pessoas nos governos não acordam pensando em como vão atender a população. Elas acordam pensando assim: “Como eu não vou me meter em confusão”? E esse não se meter em confusão geralmente significa o seguinte: “Não vou fazer nenhum projeto, não vou assinar nada e assim por diante”. Então nosso secretário executivo era um típico representante desse tipo de pensamento. Então houve uma troca, o Orlando foi para a secretaria executiva e o Agnelo pediu que eu fosse para a Secretaria de Esporte Educacional, justamente para fazer a unificação entre essas duas linhas. Estava sendo construída na secretaria, que era uma coisa mais arrumada com as secretarias de educação e de esporte, mas de esporte na escola, com aquilo que a gente herdava do governo Fernando Henrique, de ONGs e terceiro setor, para tentar, de alguma forma, compatibilizar e transformar em um único programa. Muito por essa questão que o Agnelo tinha, que eu acho correta, de você não encerrar os programas só porque não estavam ainda 100% do jeito que você achava que devia estar.

²⁴ Trata-se de Organizações Não Governamentais (ONGs).

A gente achava que podia fazer uma transição nisso. Então eu vou para a Secretaria de Esporte Educacional no final de 2003 para 2004 e fico, basicamente, um ano lá. Fazemos o lançamento do programa e fazemos um pouco essa unificação e, principalmente, começamos a entrar um pouco na unificação dos convênios. Muitos convênios assinados que ainda não estavam funcionando, definir os critérios do programa... A gente fez os primeiros manuais que definiam, tipo, tamanho de núcleo. Então o núcleo era de 200 crianças. Quanto que era o custo por alimentação? Um real por alimentação, por criança. Quantos professores, quantos monitores, quantos esportes que a pessoa ia aprender, o tamanho da aula. Quer dizer, todas coisas foram sendo desenhadas, que eram coisas que não existiam antes. Se tinha um ou outro projeto piloto. Quando o Lars foi secretário nacional no Fernando Henrique, que ele criou o programa Navegar, que era um programa mais estruturado. Então você tinha algumas coisas estruturadas, mas muito pequenas, do ponto de vista de atendimento. No máximo 100 mil crianças no Brasil inteiro. Coisas que eram bem restritas quando a gente assumiu. Então muitos programinhas muito picados. A gente queria fazer uma coisa mais simples. Porque por exemplo, eles criaram uma época, acho que era o Esporte Solidário. Era maravilhoso. Tinha o pilar da educação, o pilar da saúde, a cultura. Quando você lia o programa era maravilhoso. Só que você não conseguia implementar, porque ele era sofisticado demais, caro demais e não permitiu uma certa massificação.

V.F. - Isso na gestão anterior?

R.G. – Na anterior. E no Segundo Tempo a gente fez o contrário. Nós simplificamos ao máximo no que é esporte e aí conseguimos até chegar a 1 milhão de crianças, por aí, até o Segundo Tempo enfrentar lá uma crise, principalmente por causa dessas ONGs, que na concepção original do programa não estavam contempladas, mas que eram uma realidade, que acontecia, que existia. Ainda hoje acontece nos municípios e estados muita coisa da política de esporte acontece por aí, porque você imagina, se a rede de educação, se a rede de saúde não consegue atender a população ainda, imagina a rede pública de esporte, que é praticamente inexistente. Então é muito comum essa parceria com clubes, com associações, com todo esse tipo de ONGs, mas que depois vão levar a uma grande crise no Segundo Tempo, um pouco mais para frente. Só que aí no final de 2004 o secretário de Alto Rendimento, que era o André Arantes, começou a relatar algumas questões do Pan-Americano, de orçamento, e principalmente no Palácio do Planalto, começou a vir uma preocupação muito grande quanto ao Pan-Americano no

Rio. Principalmente o pessoal do PT do Rio muito preocupado com o andamento do Pan-Americano, muitas notícias, muita coisa assim. O prefeito César Maia não era a pessoa mais simples de lidar, que é quem liderava o processo. Não tinha boas relações com o governo federal, então em um dado momento, o Orlando pediu para que eu fosse assistir algumas discussões e algumas reuniões que estavam acontecendo no Pan-Americano, porque ele achava que o André Arantes estava muito confortável nesse acompanhamento e ele achava que não, que a coisa estava mais complicada, porque muita gente falando, já algumas repercussões na imprensa e ele não sentia dos relatos da Secretaria de Alto Rendimento uma segurança necessária. Então eu fui, participei de uma, duas reuniões, inclusive algumas grandes de planejamento aqui e realmente fiquei assustado, porque se eu não me engano, a previsão da União era entrar com R\$ 138 milhões. Compra de equipamento de *doping*, equipamento esportivo, algumas coisas assim. Saí de uma reunião de planejamento e tecnologia em que falaram: “Olha, vai custar R\$ 600 milhões de tecnologia”. E eu perguntei: “Quem vai pagar os R\$ 600 milhões?” “Ah, o governo federal.” Voltei para Brasília um pouco apavorado com esse tipo de informação. Falei: “Olha, o que estão falando lá no Rio não tem nada a ver com o que o governo se preparou para fazer. Eles estão rediscutindo uma outra coisa”. O que tinha acontecido é que a candidatura em 2002, se eu não me engano, ela foi uma candidatura até feita com apoio da Fundação Getulio Vargas, mas em uma época em que o Brasil estava completamente fora desse circuito. Então era um orçamento altamente falho, mas não falho do ponto de vista do processo da orçamentação. Ele era falho do ponto de vista de que nós desconhecíamos o que era organizar um evento desse. Completamente fora da realidade. Os últimos dois grandes eventos esportivos no Brasil tinham sido o Pan de 1963 em São Paulo e a Universíade de 1963 em Porto Alegre. Então eram 40 anos sem organizar nada. O Brasil, realmente, completamente fora. Nesse meio do caminho teve a derrota do Rio de Janeiro para 2012. O que aconteceu, fazendo um parêntese nisso? São Paulo deu um susto muito grande no Rio, porque São Paulo montou uma estrutura muito profissional para fazer o dossiê de candidatura. Trouxe o pessoal de Barcelona e isso é importante, porque lá na frente vai se refletir no projeto olímpico. Então São Paulo, a partir das informações colhidas, contrata, junto ao Comitê Olímpico, algumas pessoas, como o Rick [inaudível], que tinha sido secretário de esportes de Barcelona durante os jogos. Muitos anos antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos de Barcelona, que são um exemplo muito grande. E pessoas de São Paulo mesmo, que se envolvem. Desde Abílio Diniz ao Jorge

Wilhelm, que faz aí a concepção do plano diretor e tal. E São Paulo apresenta um projeto técnico muito forte, muito consistente, que choca um pouco, porque a impressão que se tinha, e o que se dizia à boca pequena, é de que tinha sido montado um processo de...

V.F. – Você aceita também mais um café?

R.G. – Não, não, obrigado. Que tinha se montado um processo *fake*, não é? Que ia ser discutido entre Rio e São Paulo, mas que já era do Rio. Só que na hora... Porque as pessoas não imaginavam que São Paulo fosse se dedicar ao tema. E quando São Paulo entra, entra com toda sua força, com participação de empresários, com uma união entre a prefeitura do PT com o governo estadual do PSDB. Então São Paulo entra muito forte. E o Rio começa a balançar. Bom, decidem-se pelo Rio. Depois nós avaliamos o dossiê da candidatura do Rio. Era muito fraco. Porque ele já era um pouco derivado do projeto do Pan. Aí esse projeto do Pan, como nós vimos, já era um projeto falho. Então ele tinha, inclusive, erros de dimensão, de *field of play*, de campo de jogo de alguns esportes. E aí o Rio tomou uma cacetada enorme, não foi aceito, a candidatura do Rio não passou pela primeira fase. O projeto de candidatura dos Jogos Olímpicos, ele tem duas fases. Na primeira você postula a candidatura, na segunda você é candidato. A primeira fase é uma fase absolutamente técnica, em que o COI²⁵, ele expurga todas as cidades que não têm condições de fazer Jogos Olímpicos. Então só passa para a fase política aquelas cidades que o corpo técnico do COI considera que podem realizar os jogos. É uma defesa que eles têm, que eu acho até muito inteligente. O que acontece? O Rio não passa nessa primeira fase técnica. Nós meio, em São Paulo, já sabíamos disso, porque já tínhamos avaliado o dossiê e visto que tinha sido muito inferior ao que tinha sido feito por nós. Em que pese que o nosso também não seria capaz de sustentar a candidatura olímpica. Depois que nós entramos na candidatura 2016, nós também vimos que o de São Paulo ainda era muito aquém do necessário, mas cria essa situação. Então o que aconteceu? O COI sugeriu ao Comitê Olímpico Brasileiro que usasse o Pan um pouco como instrumento para aprender a fazer os jogos e aí sim ir para um candidatura olímpica com chances. Então o Pan-Americano, ele entra nesse contexto de aprendizado do Brasil, de volta do Brasil depois de 40 anos a esse contexto. Então quando se contratam os consultores australianos, principalmente, [inaudível] e tal, e começam a

²⁵ Trata-se do Comitê Olímpico Internacional (COI).

discutir os temas e a planejar os temas, você vê que não há nenhuma aderência com aquilo que tinha sido o projeto vencedor. É claro que algumas decisões são decisões políticas. Depois vai criar até o caldo para uma série de críticas que teve ao Pan-Americano, que eu acho até injustas. Mas por exemplo, no dossiê de candidatura se falava em um estádio de atletismo de 10 mil lugares. O prefeito César Maia resolveu fazer o Engenhão²⁶ com 45 mil, pronto para 60 mil, que era o requisito para a competição de atletismo para os Jogos Olímpicos. Decisão política que ele tomou, do meu ponto de vista, acertada, porque isso depois teve uma outra utilização, teve um outro desenvolvimento, até chegar nos Jogos Olímpicos. Permitiu uma diluição – depois a gente pode falar isso –, mas nesse processo do Pan a gente conseguiu diluir os investimentos ao longo de 10 anos, o que para um país como o Brasil, ficou uma estratégia muito inteligente. Mas para além dessas decisões políticas de já fazer uma coisa mais pronta para uma candidatura olímpica, tinham muitos erros. Essa parte, por exemplo, de tecnologia, nós estávamos completamente fora da realidade. Enfim, a gente não sabia mais realmente do que se tratava. Então, realmente, muitos erros. E aí, com esse relato do que estava se gestando, nós vamos ao governo, vamos à Casa Civil, ministro José Dirceu e ao núcleo do governo e falamos: “Nós vamos ter que nos estruturar para fazer os Jogos Pan-Americanos porque está mudando tudo. Nossa tarefa vai ser muito maior do que se imaginava e precisamos nos estruturar”. E aí o presidente Lula vira um grande entusiasta disso. O presidente Lula, ele falou para gente quase literalmente isso: “Olha, não me interessa se o César Maia é oposição a mim, se a Rosinha Garotinho, – que estava no governo do estado –, é oposição a mim. Quando a gente tem um evento internacional desses é a imagem do Brasil e quem responde pela imagem do Brasil sou eu. Então eu não quero que nada dê errado nesses Jogos. O que for necessário, o que for preciso, nós vamos investir”. É claro, conta com toda oposição da área econômica, enfim, então aquelas dificuldades. Você tem governo, mas a decisão presidente do Lula é essa. Não importa quem é que vai estar à frente desse processo. “Eu não quero que tenha nenhum erro.” Até porque depois, com o desenrolar do governo dele, começa uma grande recuperação da imagem internacional do Brasil e ele tinha muito receio de que um Pan não bem realizado pudesse, de alguma maneira, comprometer esse crescimento da imagem. É um momento que começa a se reabrir mercados internacionais, quer dizer, existiram muitas visitas internacionais. Então o

²⁶ Trata-se do atualmente chamado Estádio Olímpico Nilton Santos. Seu primeiro nome foi Estádio Olímpico João Havelange.

Brasil começou, de novo, a ter um protagonismo internacional. Ele tinha essa preocupação. Dessa negociação a gente chega no quê? No desenho de uma secretaria especial. Um comitê de ministros tinha sido nomeado, que não tinha nem se reunido. Mais com representantes técnicos, que esses sim tinham se reunido.

V.F. – Isso para o Pan?

R.G. – Para o Pan. E aí nós criamos uma secretaria de assessoramento a esse comitê de ministros, uma secretaria executiva. E aí eu saio da Secretaria de Esporte Educacional e vou para o Pan-Americano, para essa secretaria, que é a SePan, que é a secretaria de assessoramento ao comitê de gestão das ações dos Jogos Pan-Americanos. E aí nós começamos no Pan-Americano.

V.F. – Aí, Ricardo, você contou um pouco para a gente desse processo do projeto do Pan e é uma candidatura que é aceita ainda na gestão do governo Fernando Henrique Cardoso. Mesmo, na sua avaliação, com tantas falhas, por que você acha que esse projeto foi o vitorioso para sediar os Jogos Pan e Parapan de 2007?

R.G. - Você tem várias conjunturas. Primeiro, obviamente, para o mundo do esporte, interessa muito que países como o Brasil estejam participando desses eventos, porque significam novos mercados, novas populações expostas ao esporte e tal. Então tanto as organizações regionais, quanto as mundiais, tipo o COI, elas têm um pouco essa visão. Como o COI pode ficar fora da China, pode ficar fora do Brasil? Porque se não fica realmente uma coisa muito segmentada e acaba se distanciando da realidade do planeta mesmo. Mas também, por outro lado, o Pan-Americano não é um evento também de tanta tradição assim. Acho que o Rio de Janeiro significou um salto na realização do Pan-Americano, porque depois os mexicanos também fizeram muito bem em Guadalajara, depois o Pan de Toronto também foi muito bem. Então acho que o Pan do Rio, ele entrega um salto de qualidade na apresentação dos jogos. Então aquele dossiê, ele está mais ligado a uma realidade anterior dos jogos. Porque há, principalmente na América Central, um certo incomodo com o grande irmão, com os Estados Unidos. Você tinha uma candidatura norte-americana e nem sempre as coisas são pacíficas nessa relação Estados Unidos – mundo esportivo, por várias questões que você tem, internacionais, direito de TV, de tudo isso. Então muitas vezes os pequenos se unem, porque se não todos os eventos acabam sendo nos Estados Unidos. É um poder econômico muito, muito grande. Então você também tem lá as questões políticas do

movimento esportivo para isso. A escolha de Pan-Americano, ao contrário da do COI, ela não é uma escolha técnica, não tem esse grau de sofisticação que os Jogos Olímpicos têm. Por isso também que eu acho que ganhou mais na beleza do Rio de Janeiro e na ideia de ir para o Brasil do que no dossiê técnico.

V.F. – E pensando a questão do orçamento, que você chegou a mencionar, de que cabia ao governo federal, inicialmente, que estava no projeto R\$ 138 milhões, e que esse orçamento depois se altera. Na prática, o que isso significou, do ponto de vista de adaptação, na questão concreta de organização dos jogos?

R.G. – Então, isso é importante pelo seguinte: o que nós fazemos no ministério? Toda essa tradição que nós desenvolvemos para a candidatura de 2012, nós absorvemos, trazemos muitas pessoas e trazemos o conceito do que nós aprendemos com Barcelona. Porque essas candidaturas anteriores... Nós tivemos Brasília, Rio antes do Pan e antes do Rio 2016. Elas são candidaturas lideradas só pelas entidades esportivas e aí elas apresentam muitas limitações das próprias condições das entidades esportivas. O que aconteceu com o planejamento do Pan? A ideia original do Pan era o seguinte: o comitê organizador no centro planejando tudo, distribuindo tarefas para os governos. Então nós já entramos considerando isso errado. Por que como que um ente privado vai coordenar governos? Isso não existe. Não há como funcionar uma coisa dessas. Mas era um processo que já estava em andamento e os governos, obviamente, tinham um grau alto de despreparo para lidar com o tema. Era um tema novo. Então nós começamos com uma postura muito mais ativa dentro das reuniões. Havia um certo protocolo olímpico nessas reuniões, em que os dirigentes diziam tudo que queriam, falavam como queriam e os governos “sim, senhor”, de uma certa maneira. Inclusive, subrepresentados. Era uma representação dos governos um pouco tímida, vamos dizer assim. E aí quando nós entramos e começamos a acompanhar, nós mudamos um pouco. Gera até incômodo nas reuniões iniciais, porque as pessoas não estavam acostumadas a serem questionadas. Estavam acostumadas a emitir requisições quase, vamos dizer assim. Então uma coisa meio imperial que, de alguma maneira, ainda existe nesse mundo esportivo, de se achar um dirigente esportivo igual a chefe de Estado. Tem toda uma mitologia, vamos dizer, em torno dessas coisas. E aí nós começamos a entrar mais pesadamente. Então a primeira coisa...

V.F. – Desculpa te interromper. Esses dirigentes esportivos que você diz, do ponto de vista internacional e nacional?

R.G. – Não, nacional. No caso, nacional. Mas refletindo o que acontece lá fora. Lá fora é pior. Então nós começamos a nos preparar. Nós começamos a fazer contratos de consultoria, de acompanhamento. Em uma dessas até a Fundação Getúlio Vargas se juntou ao processo, a FIA, que é da USP, a Fundação Instituto de Administração também se junta ao projeto. Trazemos consultores lá de fora, trazemos o Henrique, que tinha nos acompanhado em 2012, que é o ex-secretário lá de Barcelona. Então primeiro nós vamos nos preparando para lidar com aquilo. Segundo, a gente começa a reunir os governos entre si. E aí nós começamos a pegar uma série de erros, porque na verdade, como foi planejada uma coisa muito maior do que existia, o comitê começou a demandar os diversos governos para solucionar todos os problemas. Então nós descobrimos que tinham coisas que nós estávamos estudando e a prefeitura estava estudando e o estado estava estudando. Então não existia o conceito de matriz de responsabilidade. A primeira coisa que a gente fez foi: nós unificamos o planejamento. Foi uma coisa que nós fizemos. Juntamos todos os governos, unificamos as demandas que vinham do comitê organizador e tentamos montar um documento único. Tanto é que ainda em 2007 – mas aí é mais por questões burocráticas, que em final de 2006 já estava pronto –, a gente assina a primeira matriz sobre responsabilidade. Esse conceito de matriz de responsabilidade depois foi aplicado à Copa e aplicado aos Jogos Olímpicos, mas ele não existia antes. Então nós criamos ali justamente para fazer isso. O todo do planejamento é esse e quem assume as responsabilidades de financiamento, de execução, são esses governos. Isso foram várias revisões. A gente só teve uma matriz, mas demorou a chegar lá, porque existiram várias revisões. Por quê? Porque o próprio planejamento do comitê organizador foi se mostrando falho, então existiram algumas renegociações. Nós temos isso até publicado. Eu tenho um livro que conta todas essas alterações, com três volumes de relatório que nós fizemos. E conta essas alterações. Então aconteceu muito de a gente fechar um pacote, a prefeitura assumir A, nós assumirmos B, o estado C. Passa seis meses, descobre que tem problemas iguais aqueles que a gente tinha resolvido, do mesmo porte, que não tinham estado na mesa e de novo é uma... E com isso a relação do comitê organizador vai se degradando com a prefeitura cada vez mais. O estado, tanto lá, quanto nos Jogos, muito ausente, muito distante, com muitos problemas; e o governo federal, por orientação do presidente Lula,

meio que absorvendo tudo e acabamos depois pagando um preço muito caro, em termos de que nós tivemos que resolver os problemas dos outros, mas não contamos com a compreensão disso. Então muita coisa que você entra um pouco mais atrasado, que você faz uma execução mais corrida, depois os órgãos de controle questionam você e não aquele que três anos antes, não fez o que estava previsto, o que estava combinado. Mas no final saiu tudo certo. Mas nós tivemos que fazer essa, praticamente, revisão inteira do projeto que tinha sido planejado e redistribuir entre os governos. Aí contamos principalmente com o secretário Ruy Cezar, que era o secretário da prefeitura, que tinha essa visão também, estava muito incomodado com as coisas como andavam e que foi um grande aliado. Quando teve a eleição para governador e o Eduardo Paes entra como secretário de esportes, aí o estado começa a ter um protagonismo maior. Aí a gente consegue unificar realmente os governos dentro de uma mesma linha.

V.F. – E essa questão da matriz de responsabilidade, essa ideia veio a partir dos estudos do Ministério do Esporte, ou também foi a partir de experiências anteriores de outras...

R.G. – Não, dos nossos estudos. Basicamente da nossa necessidade de rever. Até porque nós estávamos sendo demandados de recursos e logo nós entendemos que o planejamento não estava consistente, nunca estava pronto. Algumas coisas malucas. Eu lembro sempre de uma reunião que teve, acho que em janeiro ou fevereiro de 2007. A reunião onde se fechou a matriz de responsabilidade, que depois de fechar com grande desgaste para todos os lados, nós fomos a mais de R\$ 1 bilhão e tal, o comitê organizador ainda queria mais um recurso gigantesco, que eles queriam fazer uma pira pan-americana, que ia flutuar em cima do Maracanã. Uma visão muito de recursos infinitos, recursos infindáveis e de que, a qualquer momento, eles poderiam demandar novos recursos e ali gerou, vamos dizer, um debate intenso. Foi uma reunião com a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com o governador Sérgio Cabral. O prefeito César Maia não foi, porque ele tinha lá dificuldades em comparecer a essas reuniões no Palácio do Planalto. Ele não se sentia confortável. Mandou o Ruy César e o secretário de fazenda, que era o Francisco²⁷. Enfim, mesmo com a matriz pronta eles ainda vieram com uma ideia de fazer uma pira flutuando em cima do Maracanã. Ia ser bacana, flutuando e tal, mas, enfim, ia custar um dinheiro que nós não tínhamos.

²⁷ O entrevistado se refere a Francisco de Almeida e Silva.

Felizmente para os Jogos Olímpicos o racional já foi outro, uma pira maravilhosa e muito mais simples. Não precisava flutuar em cima do Maracanã.

V.F. – Pensando em relação aos projetos do Pan, o que estava previsto e o que foi colocado em prática, eu queria que você contasse um pouco mais como é que foram sendo definidos esses acordos, essas questões.

R.G. – Nós temos isso bem descrito ali, passo-a-passo, nesse relatório. É bom depois olhar, porque realmente são várias negociações item a item. Mas passou por, principalmente, as obras em Deodoro. Na Vila Militar em Deodoro nós reforçamos um pouco mais, continua a mesma linha para os Jogos Olímpicos. Algumas questões que a prefeitura acabou abrindo mão. A prefeitura tinha feito compromissos com passagens dos outros países, com recursos humanos, e acabou não conseguindo cumprir, ou não querendo cumprir. Mas enfim, também a gente sentia que o fôlego da prefeitura, ele ia se esgotando. Ainda era um país mais pobre, ainda não tinha vivido esse *boom* que foram os anos Lula, então ele ainda era um país que os orçamentos, as condições de investimento eram menores do que viriam a ser nos anos seguintes e a prefeitura tinha um outro grande projeto, que era Cidade da Música, também é ao mesmo tempo do Pan-Americano. E a gente foi sentindo que a prefeitura também foi recuando nos seus compromissos. Também esse desgaste entre comitê organizador e a prefeitura. Então nós acabamos assumindo também um pouquinho dessas coisas. Além disso, algumas coisas muito importantes que estão na origem depois dos projetos de segurança pública. Por exemplo, nós assumimos toda segurança pública. Foi investimento, que eu digo, talvez o maior legado dos jogos, tirando o esporte, é esse de segurança pública. Porque quando nós assumimos, a polícia, ela não tinha viatura, quando tinha, não andava, quando andava, a porta não fechava, não tinha colete à prova de bala, não tinha armamento, não tinha nada. E aí nós fizemos um investimento, se eu não me engano, de R\$ 660 milhões, – tem esse número bem definido no relatório –, e nós compramos milhares de viaturas para a Polícia Civil, para a Polícia Militar aqui do Rio de Janeiro. Compramos bala, armamento não letal, tudo. Eles não tinham nada. Era uma polícia completamente falida a do Rio de Janeiro e nós conseguimos virar um pouco isso, que depois já emendou com a política das UPPs²⁸ e tal. Então o grande salto, a grande melhoria da segurança, eu avalio, – não sou um especialista em segurança, mas com

²⁸ Trata-se da política pública de segurança chamada Unidade de Política Pacificadora (UPP).

tantos anos de Rio –, que o grande salto foi esse investimento do Pan-Americano. A partir daquele momento, o próprio carioca começou a entender que ele poderia, sim, ter uma cidade segura, que a polícia, sim, poderia dar conta dessa segurança, então você tem uma mudança de percepção ali naquele processo muito grande. Teve operações grandes. Teve uma invasão do Alemão²⁹ muito grande e já teve uma primeira interação de segurança mais integrada. Participação da Abin³⁰, participação de serviços secretos de outros países, integração com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com as próprias Forças Armadas. Então o embrião do que seria depois a segurança de Copa do Mundo Fifa, de Jogos Olímpicos, da visita do Papa, de vários outros eventos, ela é gestada um pouco ali no Pan-Americano. E a grande transformação do Rio, que teve um Pan-Americano, do ponto de vista de segurança, muito tranquilo. As pessoas não acreditavam, as pessoas achavam que os atletas iam ser assaltados, mortos. Havia uma dúvida sim. Vocês não conseguem talvez imaginar o que era o grau de tensão que as pessoas tinham com aquilo. E aí você veio com Força Nacional de Segurança, você fez realmente uma grande ocupação do Rio de Janeiro, que marcou muito na percepção das pessoas naquele momento. Então, por exemplo, essa é uma das grandes tarefas que a gente assume, toda essa segurança do Rio de Janeiro e que, muitas vezes, é o que eu digo... O evento esportivo, ele paga um preço, porque a lógica dele, ele permite essas grandes transformações. Transformação urbana, transformação na segurança, todo esse tipo de transformação. Isso é um custo muito grande, que acaba indo para a contabilidade dos Jogos Pan-Americanos. Mas o que tem a ver alguns milhares de carros para a segurança com os Jogos? Na verdade, o seguinte: você não tinha a condição de segurança pública adequada e você teve que fazer. Então muitas vezes as pessoas falam: “Ah, mas multiplicou tantas vezes o orçamento”. Sim, mas nós tivemos que comprar até munição e armamento para os policiais. Eles não tinham dinheiro para comprar bala. Essa era a situação do Estado do Rio de Janeiro, que infelizmente parece que está voltando. Mas foi um grande salto.

V.F. – E essa identificação dessa necessidade de investir na pauta da segurança pública aqui no estado do Rio veio a partir de uma solicitação do governador, ou veio a partir de uma identificação do governo federal?

²⁹ Trata-se do Morro do Alemão ou Complexo do Alemão, um complexo de favelas localizadas na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

³⁰ Trata-se da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

R.G. – Uma identificação do governo federal. Já esse envolvimento, a própria competência, não é? Outros são decisões mais políticas. Por exemplo, nós decidimos que nós íamos financiar integralmente o Parapan. Uma decisão importante do presidente Lula, porque o presidente Lula, ele tinha a seguinte concepção: tudo que nós fizéssemos para o esporte olímpico nós deveríamos fazer para o paralímpico. É essa percepção dele, essa decisão dele, que leva o Brasil depois a ser uma potência paralímpica. Nós resolvemos dar essa atenção para o esporte paralímpico. Então, por exemplo, quando a federal falou: “Olha, o Parapan”... Foi a primeira edição em que o Parapan foi junto do Pan. o Parapan sempre foi uma coisa menor. E a tradição olímpica já tinha os dois eventos juntos. Aí o Brasil propôs fazer o Parapan junto. Nós falamos: “Olha, o Parapan nós pagamos inteiro, porque é uma política de inclusão social, é um tema importante”. Ninguém na iniciativa privada queria assumir e chegaram até ao cúmulo de cancelar seguro-saúde que eles fizeram para os atletas no Pan. Não mantiveram para o Parapan. Umas coisas, assim, realmente deprimentes. Nós assumimos esse financiamento integral. Assumimos também a cerimônia de abertura. Por quê? Porque a gente já sabia, dos nossos estudos lá olímpicos, que a cerimônia de abertura era importante para a percepção do sucesso ou não dos Jogos e nós queríamos mostrar uma coisa bacana do Brasil, mostrar a diversidade cultural, fazer uma coisa muito bacana. Estavam marcadas as promoções, até o governo Fernando Henrique, do Brasil, era muito mulher, biquíni, bunda de fora. Era um estilo que nós rejeitávamos. Nós achávamos que não era mais adequado esse tipo de publicidade do turismo, ou do Brasil. Era uma coisa muito só praia, não é? Então nós queríamos aproveitar aquela oportunidade para mostrar uma outra cara de Brasil, mostrar que era possível promover o Brasil sem pôr nenhuma moça de bunda de fora em um pôster. Então nós decidimos, por exemplo, ajudar isso, a cerimônia de abertura e encerramento. Decidimos fazer o percurso da tocha. Por quê? Porque nós já tínhamos essa visão de que nós tínhamos que envolver o Brasil inteiro. Não é só o evento, mas é a mensagem do esporte e como na cerimônia você vai mostrar o Brasil, você não vai mostrar só o Rio de Janeiro, então todo o encadeamento que, na verdade, o início do percurso da tocha é um pouco o início da cerimônia de abertura, porque aí termina no estádio com o acendimento da pira olímpica. Então você cria já um processo de mobilização. Algumas decisões foram decisões próprias nossas. Outras foram pedidos do comitê, que não tinha mais como resolver. Outras que a prefeitura não tinha mais disposição de manter os compromissos assumidos. Então é uma soma de fatores. E projetos também, que eram projetos menores quando nós assumimos e

quando o planejamento ficou pronto, eles eram maiores do que todos imaginavam. A soma realmente de muitos fatores que contribuem para isso.

V.F. – Essa questão da tocha é muito interessante. Esse engajamento e esses percursos que são definidos para a tocha percorrer. Como é que foi definido, no ponto de vista do Pan, esse percurso da tocha?

R.G. – Nós discutimos muito com o comitê organizador. Você já tinha a ideia de passar pelas capitais, mas nós fizemos uma coisa assim... Fomos falar com a Embratur. A Embratur indicou locais turísticos, que nós gostaríamos de mostrar. Nós colocamos algumas coisas de vitrine das nossas políticas sociais também. Então foi para uma aldeia indígena, foi para um quilombo, assentamento. Então nós fizemos aí um *mix* entre capitais, locais turísticos, locais que davam visibilidade a um tema que, para nós, era importante. Nós fizemos aí uma composição.

V.F. – Agora, no ponto de vista da tocha, já pensando os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, todos os documentos que a gente encontra indicam que a definição do percurso foi feita pelo comitê organizador Rio 2016.

R.G. – Não, mas houve a interação entre todos. Houve uma interação entre todos. É que, em grande parte, esses conceitos, eles foram absorvidos já pelo comitê organizador. Então nós não precisamos, por exemplo, mais falar nas cidades turísticas. Aí já nasceu com esses conceitos um pouco determinados. Não houve realmente muita mudança, mas foi discutido, foi vista a lista com todo mundo, a Secom³¹ da presidência da República viu, nós do esporte vimos. Existiram meia dúzia de ajustes para lá e para cá, tanto do nosso ponto de vista, quanto do deles.

V.F. – Ricardo, você quer fazer o intervalo agora, ou a gente pode continuar?

R.G. – Não, pode continuar.

C.S. – Quer tomar um café?

R.G. – Um café pode ser.

C.S. – Quantas gotinhas aqui?

R.G. – Duas.

³¹ Trata-se da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

V.F. – Carla, eu queria te pedir o açúcar. Eu não consigo me livrar. [riso]

C.S. – Ah, esqueci.

V.F. – Eu queria ser uma pessoa evoluída, mas eu não...

R.G. – Eu também tomo *cowboy* geralmente, mas assim, coado, geralmente eu tomo com um pouco de adoçante.

V.F. – Quem sabe um dia? Alguns expressos eu consigo tomar puro, mas...

R.G. – Quando o expresso é melhor dá para tomar puro. Obrigado. Quando é um expresso vagabundo, também não dá.

V.F. – É verdade.

S. – Fiz uma listinha aqui de coisas que eu vou passar para vocês.

R.G. – Nossa senhora. A lição de casa. Olha a lição da Sueli.

C.S. – Tem os livros do relatório. Já estou anotando aqui também.

S. – O relatório do COI, a maior parte disso, a gente tem *online*. Por exemplo, esse relatório do Pan está publicado no site do Ministério. É uma caixa com três volumes. Mas a gente tem ele impresso, porque é mais legal de você manipular. Porque tem umas páginas duplas, com muita infografia, então acho que esse material, especificamente, é mais legal. Eu vou mandar trazer aqui. Eu estou até checando aqui com o menino do Ministério. A gente tem ainda alguns exemplares aqui no Rio.

V.F. – E aí, já sendo abusada, se a gente puder ter dois exemplares, porque a gente consegue deixar um aqui, para os nossos alunos aqui da FGV consultarem, e também fica aberto para o público de maneira geral, e na Casa de Rui³² para o acervo.

R.G. - É capaz que tenha na fundação. Tem que olhar.

V.F. – Vamos fazer um intervalo então só para...

S. – É que aqui para a fundação a gente mandou...

[Entrevista interrompida]

³² Trata-se da Fundação Casa de Rui Barbosa.

V.F. – Bom, retomando aqui, você estava contando para gente um pouco também como é que era essa relação com o município do Rio na época do Pan. ainda pensando o Pan, porque depois a gente volta a falar um pouco mais da tocha nas Olimpíadas e Paralímpadas. Em 2006 a gente conseguiu mapear que foi publicado um decreto pelo César Maia, que ele determinou que a CGM, Controladoria Geral do Município, fizesse uma auditoria sobre as ações e os investimentos feitos desde a criação da Vila Pan-Americana. E a que a posição da prefeitura era de não reiniciar as obras até que tivesse uma conclusão sobre a investigação. Aí você poderia contar um pouco mais para gente como é que foi esse impasse, como é que ele foi contornado?

R.G. – Aí você tem várias questões, que eu imagino que se cruzam. Primeiro a prefeitura ficou muito incomodada com um certo protagonismo que o governo federal assumiu. E aí começou uma certa guerra de publicidade de quem investiu, quem investiu mais e aí a prefeitura atrás de contabilizar um número qualquer de tudo que tinha investido também, para mostrar que tinha investido mais que o governo federal. E o contexto dessas dificuldades também com o comitê organizador. Óbvio, as relações do comitê organizador com todos, elas foram se desgastando ao longo do tempo com esses pedidos, esses erros de planejamento, esses “sempre precisam mais”. A impressão de sempre é que se tinha uma agenda oculta, porque você ia para uma reunião... “Vamos terminar de resolver o financiamento”. Resolvia, aí daqui três meses aparecia outro. “Mas por que”... “Ah, não estava maduro, a gente não sabe, não sei o quê”. Isso foi gerando um desgaste muito grande. Então em 2006 a relação deles com a prefeitura já era muito difícil, já era um desastre completo. Nós, por outro lado, ajudando um pouco, até porque a gente chegou mais tarde. Nós chegamos depois, então não tinha já o mesmo desgaste que tinha a prefeitura, que tinha começado antes. Nós já entramos no meio de uma revisão. Nós já entramos com o planejamento furado. Nós pulamos uma etapa nesse desgaste. Obviamente, o prefeito ficou muito irritado, aparentemente, com esse protagonismo também que a União foi tendo. Isso entra todo nesse contexto. Mas tem uma coisa séria de fundo, que é realmente a irritação de todos com o plano que nunca terminava. As necessidades de orçamento que nunca acabavam. E isso, independente das diferenças políticas que tinha, de alguma forma, uniam todos os governos. Então você tinha uma questão que às vezes era entre governos, que não envolvia as equipes que estavam no Pan-Americano, mas envolvia os chefes do Executivo, porque era um momento completamente desalinhado. Porque o prefeito era

oposição ao governo do estado e à União. O governo do estado também não se dava nem com a prefeitura, nem com a União e a União, como consequência, também não tinha uma boa relação com nenhum deles. Do nosso ponto de vista como é que resolveu? Resolveu com essa orientação do presidente. O presidente falou: “Não é para faltar recurso. Ponto”. Mas tinha tensões. E principalmente essas tensões entre governo *versus* comitê organizador. Por isso que depois, quando nós vamos fazer a proposta dos Jogos Olímpicos, a gente fala em criação de APO, aí a gente faz desenhos que eram para lidar com essas situações que nós... Então, quando você vê a Lei Olímpica, todo o projeto olímpico, já prevê matriz de responsabilidade em lei, ele prevê o consórcio entre os três entes governamentais para se reunirem e servir de interlocutor com o comitê organizador. Então todos esses problemas, eles depois iam refletir na forma como a gente organiza os Jogos Olímpicos, ou tenta organizar os Jogos Olímpicos.

V.F. – Até porque essa questão das mudanças de orçamento, adaptação dos projetos, estava sendo, vamos dizer assim, acompanhada bem de perto pela imprensa e estava sofrendo duras críticas ao longo de todo esse processo.

R.G. - Exatamente. Então nós tínhamos certeza do que nós estávamos fazendo. Era uma coisa necessária. Também era uma incompreensão muito grande da imprensa sobre aqueles investimentos. Ainda existe, até hoje. São coisas ridículas. Acho que na Olimpíada até já mudou, mas você vê, Tóquio vai gastar em um estádio só mais do que o Rio de Janeiro gastou em equipamentos esportivos. Então há uma certa dificuldade hoje da imprensa, e às vezes até da população em geral, em entender esses processos mais complexos. Acho que o Brasil se rebaixou muito em termos de discussão de política pública. Às vezes parece que tudo é saúde e educação. Como se não existisse indústria, como se não tivesse que criar uma economia mais rica pro país, que pudesse sustentar um gasto público mais significativo em saúde, educação e tudo isso. Um discurso que depois foi muito forte na Copa. Esse negócio de: “Ah, mas investiu no Pan, mas não investiu em saúde”. Contando primeiro uma grande lorota, porque os recursos de educação e saúde, eles são N vezes superiores a qualquer evento desses. Você gasta muito mais recurso, porque você tem as vinculações todas constitucionais para educação e para saúde, então o recurso é muito mais significativo do que você investe em estádio para a Copa do Mundo, por exemplo. E desconhece isso. Quer dizer, desconhece esse lado da economia, da geração de emprego, de rendas e tudo isso. Vamos dizer assim, o jornalismo também está despreparado para entender. Tecnologia, eles não

entendiam mais nada. Nem o poder público, nem a parte esportiva, mas a imprensa também não entendia nada. Então por que precisa, como que funciona essa sofisticação toda tecnológica, tudo isso estava fora do radar das pessoas. E um ceticismo muito grande. A imprensa brasileira, enquanto partido político, é daquelas que acredita que o Brasil nunca vai dar certo, então ela precisa de casos concretos para comprovar a sua tese, que é uma tese eterna. Não importa quão bem ou quão mal você esteja, o discurso sempre vai ser o de “você não vai dar certo”. Isso, claro, em um Rio muito mais conflagrado, com muito mais problema de segurança, com muito mais problema estrutural. O aeroporto do Galeão³³ que era abandonado, o Santos Dumont³⁴ que não tinha essa ampliação. Nós estamos falando de uma situação bem diferente da que a gente vive hoje. Hoje você vai no Galeão, você tem uma reforma no terminal 1, você tem o terminal 2 duplicado em relação ao que era e um terminal 3. Nós chegamos aqui nem voo tinha praticamente. No Galeão eles, para fazer a reforma do Santos Dumont, jogaram os voos de Brasília para o Galeão. A gente descia 23h, meia-noite, as pessoas do Rio falavam para a gente não descer, que nós íamos ser mortos, assassinados. Nós nunca tivemos nenhum problema com a nossa equipe em termos de segurança. Mas realmente você chegava no Galeão, as luzes estavam queimadas, os elevadores não funcionavam, as escadas rolantes uma funcionava, a outra não funcionava, bagagem meia-hora depois aparecia em uma esteira que quebrava. Era uma situação, assim, deprimente. Depois que você saía do Galeão não via um carro de polícia, não via ninguém andando. Nem Linha Vermelha, nem Linha Amarela³⁵. Onze horas da noite, nada. Raramente você via algum policiamento, alguma coisa assim. Então era uma situação complicada. Esse esforço do projeto, do evento, de mudar uma situação nunca foi entendido pela imprensa. Esses impactos. Até hoje eles têm uma série de dificuldades. Hoje talvez um pouco menos a imprensa esportiva, que a imprensa esportiva, ela foi entendendo, virando e acreditando, mas na parte política, de cidades, você ainda tem uma linha muito complicada. Então, realmente, essas críticas foram feitas, porque foi vendido tudo como se fosse superfaturamento. Eu lembro que eu dizia nas entrevistas: “Gente, se você tinha um estádio de 10 mil lugares e fez um de 45, o censo comum diz que ele deve custar quatro vezes e meia pelo menos o custo do outro.”

³³ Trata-se do Aeroporto Internacional Antônio Carlo Jobim, mais conhecido como Galeão, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

³⁴ Trata-se do Aeroporto Santos Dumont, também localizado na cidade do Rio de Janeiro.

³⁵ Tratam-se de vias expressas importantes da cidade do Rio de Janeiro. São as Linhas Vermelha e Amarela.

No nosso relatório mostra isso. Não sei se lá tinha 200 vans e passou a ter 600 vans, e assim por diante. Todas as coisas que foram feitas. Mas isso foi na época pelos motivos políticos, ideológicos, que movem nossa imprensa, foi vendido como um superfaturamento, uma falha do Estado. Que aí também eles atribuem ao Estado, de preferência àqueles que não gostam, vide PT, e não ao privado, que fez o... Então era muito estranho, porque era um planejamento que veio do Fernando Henrique, que foi liderado por uma entidade privada, mas na imprensa era uma culpa do Lula. Então são esquemas ideológicos que se mantêm ao longo do tempo. Só muda qual é o caso, só muda qual é o exemplo, mas a tese, eles sempre têm ela pronta para replicá-la. Então na época era essa do superfaturamento de tudo. Quando a gente falava do Engenhão a gente estava até defendendo a prefeitura, que não era um investimento nosso, não tinha participação nossa. A gente falava isso. “O prefeito decidiu.” E foi inteligente, porque se não, eu teria construído um ginásio de atletismo de 10 mil lugares para o Pan e teria que ter construído outro de 60 mil para os Jogos Olímpicos. Porque construir um de 45 mil para o Pan, usou nos Jogos Mundiais Militares depois, em 2011, usou em outros N eventos. Eu não sei, não teve Copa do Mundo não, não é? Nem treinamento no Engenhão. Acho que nem treinamento.

V.F. – No Engenhão não. Acho que não. Ele estava fechado.

R.G. – Estava fechado. Aí depois fez Pan, depois fez os Jogos Olímpicos nele. Se tivesse feito de 10 mil teria que ter feito outro de 60 mil. Então essa dificuldade de ver a coisa um pouco no médio prazo, de fazer um investimento no desenvolvimento do país, realmente aí a mídia não... É querer demais deles, eles não são pagos para isso.

V.F. – E aí fazendo um balanço dessa... Você falou um pouco disso, mas uma avaliação, um balanço dos vamos dizer assim, acertos e ajustes do Pan, desse processo do Pan.

R.G. – Olha, no geral acho que se acertou mais do que se errou. Obviamente que você identifica primeiro um planejamento que tinha sido falho. Quer dizer, você teria que ter gasto mais recursos, ter investido mais na fase de planejamento. Tinha que ter trazido esses especialistas que depois vieram ao Rio de Janeiro dois, três anos depois. Teria que ter trazido antes, mas eu acho que é o tipo de constatação que o meu professor de ciência política no primeiro semestre, ele falava assim: “Olha, gente, cientista político de eleição apurada não vale nada. Depois que você apurou, você dizer porque quem ganhou, ganhou, quem perdeu, perdeu é simples. O problema é seis meses antes, um

ano antes você dizer quem vai ganhar e vai perder. Aí é um pouquinho mais difícil”. Então são constatações que, óbvio, a gente sabe depois de ter vivido o processo, mas como era a primeira grande experiência em 40 anos que o Brasil tinha, você não tinha, realmente, essa visão. E eu acho que foi acertado fazer o Pan em um outro patamar, ter feito esses equipamentos. Essa coisa da mídia é muito gozada, porque você vê: nós fizemos um velódromo. O velódromo ia ser provisório. O velódromo custou R\$ 13 milhões ou R\$ 14 milhões. E aí a prefeitura ia fazer. O secretário Ruy Cezar um dia me liga e fala: “Leyser, é o seguinte: eu tenho um orçamento aqui. Por mais, sei lá, R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões, a gente transforma esse velódromo em um velódromo simples e definitivo. Vamos fazer”? Falei: “Vamos. “Então, se você me arrumar o dinheiro da pista...” Que depois nós fizemos um convênio com o comitê organizador, que comprou a pista, “...eu faço a infraestrutura e a gente fica com um velódromo coberto, único do Brasil.” Fizemos. Só que nós fizemos um velódromo supersimples. Por quê? Porque tinha que conter gastos, etc. e tal. Depois esse velódromo não podia ser utilizado para a Olimpíada. Ele tinha colunas. Nós fizemos aí, a prefeitura estudou, para você reformá-lo ia sair mais caro do que construir um novo, porque como ele não era adequado em nada, você tinha que demolir praticamente tudo, reconstruir e aproveitar muito pouco. A pista já não era mais a mesma pista, essas coisas todas. Aí a imprensa nos criticou, porque nós não fizemos no Pan um velódromo olímpico. Falei: “Gente, mas se eu fizesse um velódromo olímpico, primeiro que eu não sabia que ia ganhar os Jogos. Nós estávamos tentando fazer Jogos Pan-Americanos com algumas coisas que podiam servir de suporte aos Jogos Olímpicos, mas eu não podia fazer um investimento 100% olímpico para os Jogos Pan-Americanos.” Foram feitos dois, ou três. O *stand* de tiro era um *stand* que já era adequado aos Jogos, o João Havelange já estava previsto ser ampliado para os Jogos, mas não podíamos fazer em todos os equipamentos, se não ficaria o custo de Jogos Olímpicos. Você vê, naquilo que a gente fez simples, depois a imprensa volta e nos questiona. “Por que vocês não fizeram mais caro e mais complicado?” Então é sempre difícil de você lidar com esse balanceamento dessas escolhas, desses investimentos. É claro que também o Pan acabou surpreendendo a todos em ter ido muito bem. Eu sempre cito um dos títulos mais geniais que eu ouvi da imprensa brasileira, da Folha, que eles publicaram um artigo que o título era assim: “Era para dar errado, mas deu certo”. Se conseguiram essa proeza, mostra bem o espírito animado com o Brasil, apostando no país, apostando no desenvolvimento do país, na capacidade do povo, que a Folha de São Paulo tem. Eles publicam um negócio desse. Era para dar

errado, mas deu certo. Mas nós estávamos falando desde o começo que ia dar certo, mas realmente você vencer esses desafios que vão sendo colocados, eles são muito complicados. Mas esse pessimismo aí se transfere já na sequência porque no final de 2007 nós apresentamos a candidatura do Rio. Também a candidatura “nunca vamos ganhar Jogos Olímpicos e tal.” Então esse mau humor, ou essa ideologia, ela continua. Então ela continua. Eu acho que foi feito dentro do que era possível. Significou já um primeiro grande salto nessa infraestrutura esportiva brasileira. Uma maior presença nos eventos internacionais, mundiais, sul-americanos, pan-americanos. Quer dizer, o Rio começou a se inserir de outra maneira nesses eventos. Isso é algo que você não vai ler na nossa imprensa e a gente sempre brincava, porque eles falavam assim: “Ah, não tem legado dos jogos, porque não tem evento”. Mas quando você ia a Deodoro, você tinha centenas de eventos desde o Pan até até agora. Porque além de tudo, o repórter era preguiçoso, porque ele ficava na Zona Sul. Ir até Deodoro, que é quente, que é longe, para ver uma etapa do mundial de pentatlo moderno, ou de um Pan-Americano de tiro, de uma coisa assim, que são esportes que não têm nenhuma cobertura na grande imprensa? Imagina que eles iam. Então, eu sempre falava isso na lata para eles. “Olha, vocês dizem isso porque vocês não encaram a Avenida Brasil. Vocês querem ficar só na Zona Sul e ficam escrevendo essas bobagens que vocês escrevem baseado em duas, três coisas que vocês olham, que pode ter problema, porque não usou o Maria Lenk³⁶ tudo que podia ter utilizado, porque o João Havelange ficou só para o futebol, não usou para o atletismo. Como se também você conseguisse ter utilizações 100% de tudo. Obviamente, quando você fecha algum time de futebol tem um calendário, tem uma demanda que absorve aquele equipamento muito. Então eles também pegam os problemas que você tem e generalizam a questão toda. Mas a maior vitória do Pan-Americano são os Jogos Olímpicos. Quer dizer, nós temos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro porque nós fizemos o Pan-Americano. Eu digo sempre que é o maior legado dos Jogos. Você pode falar dessa infraestrutura esportiva, pode falar da segurança, mas uma coisa também que acho que é importante dos Jogos é que a gente formou equipe. Você vai encontrar em todos esses grandes eventos... Por exemplo, o Ricardo Trade, que é o CEO³⁷ da Copa do Mundo Fifa. Ele vem do Pan-Americano. Então você vê essa equipe técnica depois com todo esse investimento, todo esse aprendizado que nós tivemos, com

³⁶ Trata-se do Parque Aquático Maria Lenk. Construído inicialmente para o Pan-Americano de 2007, foi utilizado também nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

³⁷ Trata-se de abreviação da expressão *Chief Executive Officer* (CEO).

os erros de planejamento, com as consultorias que nós trouxemos, tudo que a gente estudou por todo esse sufoco que se passou no Pan-Americano, essas pessoas depois foram ao mercado e mesmo fora de governo, fora do comitê organizador, fizeram coisas interessantes para o país. Eu acho que a gente hoje tem uma quantidade de profissionais aqui que começaram a ser formados no Pan-Americano, que é sensacional. Faz qualquer evento.

V.F. – E aí pensando justamente nessa questão que você começou a falar, que o principal legado dos Jogos Pan-Americanos 2007 foram depois os Jogos Olímpicos, que acabaram de acabar. Olímpicos e Paralímpicos. Eu queria te ouvir um pouco mais sobre isso. Essa é uma questão que aparece muito em dossiês. Inclusive naquele livro *Viva sua paixão*, do comitê, isso é ressaltado.

R.G. – Essa ligação, você diz, do Pan-Americano com os Jogos?

V.F. – Isso, isso. O processo de candidatura. Então eu queria entender um pouco melhor essa relação. Como é que foi construída no ministério?

R.G. – No ministério foi simples porque foi a mesma equipe que fez. Nós tivemos duas candidaturas de importância. Uma de importância mais relativa, outra mais importante, em 2007. A primeira, que nós colocamos algumas pessoas nossas para conduzir, é a candidatura dos Jogos Militares. Jogos Mundiais Militares. Nós, a partir do que estava sendo feito para o Pan, já atualizado e um pouco de tudo que já se pensava para a candidatura dos Jogos Olímpicos, viram o dossiê de candidatura dos Jogos Mundiais Militares em 2011 no Rio. Esse é um fator importante, porque se realizam esses jogos sem nenhum investimento em infraestrutura esportiva mais no estado do Rio de Janeiro. Então se você pensa em que 2002 isso não era possível, nenhuma cidade recebia um evento de porte, você falar que nove anos depois o Rio podia sediar Jogos Mundiais Militares sem fazer um investimento em construção de equipamentos esportivos, já é um salto muito grande que o país fez. E os Jogos Mundiais, eles se aliam nessa nossa estratégia desde o Pan e deixam alguns legados para os Jogos Olímpicos. Principalmente a Vila Verde, que é lá em Deodoro, que depois é utilizada para técnicos, para oficiais, nos Jogos Rio 2016. Vai somando isso. E a outra candidatura, óbvio, a candidatura olímpica. Então a secretaria do Pan, ela continua. Essa equipe toda que fez o Pan-Americano vai para o dossiê de candidatura. Então, ao contrário de 2002, nós vamos para uma candidatura em que nós temos dezenas de pessoas qualificadas no

Ministério do Esporte e no governo federal, no Estado do Rio de Janeiro e na Prefeitura do Rio de Janeiro. Além do Comitê Olímpico e das entidades esportivas, que viveram isso. Então nós vamos para uma candidatura com uma situação completamente diferente do que a gente tinha ido quatro anos antes quando foi concorrer para 2012. Com um grau de entendimento grande, porque vários desses processos, que significaram aumento de custo no Pan, já era um processo olímpico. A tecnologia, credenciamento, segurança, tudo isso já tinha sido feito dentro do que o COI preconizava. Não igual a uma Olimpíada, mas segundo os mesmos princípios, com a mesma qualidade, com a mesma ideia. Claro que em uma dimensão ainda pan-americana, mas já sujeito à mesma regra. E aí isso realmente o comitê olímpico faz muito bem, – e o comitê de candidatura –, com uma carga muito grande de especialistas sensacionais. São sensacionais. Como o Mike Lee, que faz a parte de comunicação, que tinha trabalhado com o Tony Blair, o pessoal da EKS³⁸, que é especialista em Jogos. Toda parte operacional dá um suporte muito grande. Então nós vamos a uma candidatura com o apoio dos melhores especialistas do mundo e com uma equipe de centenas de pessoas, que sabiam do que estavam falando. Tinham operado um evento muito próximo e, mais do que isso, com uma avaliação que o mundo esportivo internacional fez do Pan muito superior a que o Brasil fez. Então enquanto você lia besteiras como aquele artigo da *Folha* aqui no Brasil, quando você falava com as federações internacionais, quando você falava com os comitês olímpicos, principalmente nas Américas, tinha um grande, grande, grande reconhecimento pelo o que tinha sido o Pan-Americano de 2007 no Rio de Janeiro. Então, por exemplo, ia falar no IPC³⁹ por conta do Parapan, o Parapan teve operações que foram superiores aos Jogos Paralímpicos de Atenas. Por exemplo, eles acharam que as soluções de transporte, que são complicadas por causa do número de cadeirantes do Parapan do Rio foram superiores à Paralímpiada de Atenas, aos Jogos Paralímpicos de Atenas. Então, por exemplo, o IPC, grande entusiasta dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro. Então muitas dessas entidades com uma visão amplamente favorável ao Rio de Janeiro trazendo essa experiência. E, obviamente, é um pouco esse artigo que a gente estava falando. Quer dizer, você vai com muito mais conhecimento. Você vai falar com o COI, e isso é importante, porque aquela primeira fase de postulação era absolutamente técnica, com pessoas sabendo o que falar. E aí as

³⁸ Trata-se da empresa de consultoria suíça *Event Knowledge Services* (EKS), que prestou serviços para o Comitê Olímpico Brasileiro e para a Prefeitura do Rio de Janeiro na preparação para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

³⁹ Trata-se do *International Paralympic Committee* (IPC).

peessoas que foram incorporadas pelo governo federal na candidatura, eram só o primeiro time. Então você teve uma participação da então ministra Dilma, você teve participação do presidente do Banco Central, do Henrique Meirelles, você teve a participação de um primeiro time capitaneado pelo presidente Lula, que foi o grande eleitor dessa eleição. Foi a pessoa que realmente conseguiu virar esse jogo. Quem trouxe os Jogos Olímpicos para o Brasil realmente foi o presidente Lula. Depois, quando há o golpe e a troca de governo, foi completamente esquecido pelo mundo esportivo, à la lei Agnelo/Piva, na mesma lógica. Mas quem ganha essa eleição é o presidente Lula. Eu vi várias visitas internacionais. Eu estava na embaixada de Londres quando ele chegou e o Obama recém tinha falado que ele era o cara e tal. Então as pessoas do COI, do mundo esportivo, queriam reunir com o presidente Lula. Ele era uma pessoa de muito respeito, então você não tinha muita dificuldade de fazer campanha. Então isso, aliado a um time técnico grande, as pessoas do COI vinham aqui, sentavam, – teve uma grande reunião de apresentação do projeto no Copacabana Palace⁴⁰ –, e lidavam com o primeiro time do governo municipal, do estadual e do federal. Realmente passava uma segurança. Eu acho que a gente funcionou na candidatura inclusive, melhor do que funcionou depois na organização dos Jogos. Eu acho que nós fomos mais profissionais na candidatura do que depois que vencemos os Jogos.

V.F. – Por quê?

R.G. – Porque você tinha mais integração. Esse time, fruto desses conflitos, dessas coisas todas que aconteceram na Rio 2007, ele chegou muito azeitado para a candidatura. Pessoas vinham de três, quatro, cinco anos de trabalho juntas, resolvendo problemas sobre tensão, sobre crítica da imprensa, então elas chegam para a candidatura já todo mundo se conhecendo, sabendo o que é, o que pode, o que não pode. Então é uma equipe que chega já muito redonda. Depois que ganha, várias dessas pessoas acabam trocando, entra muita gente que não entende nada dos jogos. A governança que é proposta, ela não é 100% implementada, principalmente no tocante à APO. Então você vai perdendo o grau... O grau de integração que você teve na campanha é muito grande e depois você perde um pouquinho esse histórico. Há muitas trocas no começo

⁴⁰ Trata-se de um tradicional, luxuoso e famoso hotel localizado em frente à Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro.

do projeto, muitas mudanças no comitê organizador. Você vai perdendo um pouquinho essa integração toda.

V.F. – Você contou um pouco para a gente como é que foi a escolha entre São Paulo e Rio para o Pan. E aí, pensando na escolha da cidade sede para a candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, por que o Rio?

R.G. – Mas aí já era consensual. Porque você já tinha o investimento do Pan-Americano. O Pan-Americano entrega entre 45% e 50% da estrutura que você precisa para os Jogos Olímpicos. Então, obviamente, pós Pan você já tem uma naturalidade dessa candidatura do Rio, porque o Rio já tinha dado esse primeiro passo com o Pan-Americano. Não faria sentido você fazer em outra cidade. Aí todo esse investimento que nós fizemos, tipo esse investimento da prefeitura no João Havelange, de alguma forma, ele se perderia dessa perspectiva da continuidade olímpica.

V.F. – Mas ainda assim, pela imprensa, a gente percebe algumas questões aí sendo ventiladas, da possibilidade da sede ser partilhada, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasília.

R.G. – Mas aí são só especulações. Mesmo São Paulo já não se... São Paulo não se movimenta mais para isso. Aí são os famosos chutes que as pessoas dão na imprensa, porque você não podia... Como hoje na Agenda 2020 do COI você até poderia fazer uma proposta dessa. Com certeza, se essa possibilidade existisse naquela época, seria uma possibilidade, seria interessante. Fazer, por exemplo, Rio-São Paulo seria uma coisa bem interessante. Mas nem existia essa possibilidade. Nem era possível esse tipo de proposta, então aí não existiu nada disso. Só especulação mesmo.

V.F. – Pensando aqui na época da preparação do Pan, um pouco para gente depois, em seguida, entrar na Copa do Mundo. O ministro Orlando Silva, ele apontou que os principais desafios do Pan, dos Jogos Pan-Americanos, para as políticas públicas eram articular atividades esportivas e educativas no país, capacitar mais os profissionais brasileiros, ampliar e diversificar o financiamento do esporte e, por fim, aproveitar e melhorar a infraestrutura esportiva do país. E a partir dessa identificação, desse diagnóstico, como é que foram pensadas as demais políticas públicas do Ministério do Esporte, de modo geral?

R.G. – Essa é a declaração mais geral. Não necessariamente do Pan-Americano, mas da política de esporte. Nós tivemos sucesso na maior parte delas. Eu acho que o que

aconteceu apenas foi que as políticas de esporte educacional, elas não conseguiram se desenvolver tanto quanto nós queríamos. Porque você teve uma série de problemas operacionais muito difícil, porque como a União, ela não é executora, a execução dela é indireta, ela depende ou de prefeituras e governos do estado, ou de ONGs, a limitação a esse desenvolvimento das políticas, principalmente do Segundo Tempo, foi muito grande. E depois que você tem lá os problemas de execução no Segundo Tempo, uma série de escândalos e problemas que aparecem, essa política, ela vai ficando prejudicada, até pelas intervenções de órgãos de controle, muita crítica. Então muita dificuldade delas se desenvolverem. Ao mesmo tempo, o sucesso do Pan, a vitória Olímpica, elas colocam um pouco mais de olhar sobre o esporte e rendimento. E aí tem uma coisa que eu sempre falo, porque a crítica, principalmente a crítica do nosso pessoal à esquerda, é de que a gente sempre deveria ter investido mais nessa parte educacional e tal. Mas a verdade é que o Ministério do Esporte, enquanto ele se propôs a ser um ministério social, ele nunca teve muito sucesso em conseguir recursos. Então, por exemplo, uma das limitações grandes a essas políticas de massificação do esporte na escola, são as infraestruturas inexistentes em milhares de escolas e os custos de alimentação. Qualquer coisa dessa é muito acima das possibilidades orçamentárias do Ministério do Esporte. E quando você vai, por exemplo, no Ministério da Educação, isso ainda não é uma prioridade. Porque as escolas não têm quadra, mas as escolas não têm biblioteca, a escola não tem laboratório. A escola não tem um monte de equipamentos básicos. Então a educação sempre, ela é resistente a só fazer esse investimento no esporte. Depois a gente consegue mudar um pouquinho isso. E a alimentação também não. Então essas políticas sociais o ministério nunca conseguiu ter os recursos, vamos dizer, em valor de hoje, R\$ 500 milhões, R\$ 800 milhões, R\$ 1 bilhão, que seriam necessários para você fazer uma política muito grande, mais ampla. E, ao mesmo tempo, mesmo que tivesse esses recursos, a implementação disso é muito difícil. Depende de prefeituras, de secretarias municipais, secretarias estaduais, que no caso do esporte, são muito desaparelhadas. Essa situação de contexto do esporte é muito complicada. Ao mesmo tempo, o sucesso no rendimento, ele puxa um pouquinho, – e o próprio investimento nos Jogos Olímpicos –, ele puxa um pouco para isso. Então eu sempre respondo essa crítica falando: “Olha, o ministério só conseguiu se fixar quando ele se dedicou ao esporte. Sempre que o Ministério do Esporte fez esporte, ele conseguiu recursos”. Sempre que ele quis fazer educação, inclusão social, ele sempre foi um micro ministério social. Não por vontade do ministro. Por exemplo, para o

ministro Agnelo essa era a grande mote dele. Mesmo do ministro Orlando, que já pegou depois Pan e Copa, mas a grande motivação era o social. Mas você não conseguia dobrar a área econômica, você não conseguia ter a sensibilidade a ponto de realmente conseguir os recursos para isso. Mas na hora que você tem Pan-Americano, na hora que você tem Jogos Olímpicos, esses recursos vieram, mesmo para preparação de atletas, mesmo para infraestrutura. Então eu sempre digo isso. Nós só tivemos sucesso quando fomos esportivos. Quando nós nos declaramos sociais, nós nunca conseguimos ter o recurso suficiente, porque o recurso estava no Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Ministério da Saúde. E essas grandes áreas, elas são resistentes. Existem exemplos lá. Todo mundo fala: “Olha, o Canadá, uma parte do dinheiro do esporte vem do Ministério da Saúde, porque entende que esporte é saúde”. Mas isso está muito longe da compreensão no Brasil. Então o esporte tem que se virar muito com seus próprios recursos. Então, eu acho que a gente mudou, realmente, a infraestrutura, formou gente, colocou o Brasil no mercado, formamos uma nova geração de atletas. Hoje o esporte brasileiro está muito mais desenvolvido do que era pré Pan-Americano. Isso não tenho a menor dúvida. Agora, a massificação, ela ainda não foi um assunto que foi devidamente equacionado e eu acho que nos próximos anos não está parecendo que vá ser.

V.F. – Em algum momento houve, por exemplo, a possibilidade, ou a ideia de pensar parceria com os pequenos clubes locais, que também enfrentavam, já nesse momento, um passado de crise...

R.G. – Foram essas parcerias que geraram todos os projetos do Segundo Tempo. Com essas pequenas associações, pequenos clubes. Porque o que houve é um controle cada vez mais intenso desse gasto federal, por parte dos órgãos de controle, com regras cada vez mais rígidas. Então esses pequenos clubes, associações, federações, que faziam esporte, principalmente nas periferias das grandes cidades, não conseguiam de forma satisfatória realizar todos os procedimentos, prestar contas. Muita dificuldade em fazer isso. Nós sempre discutimos, inclusive com o TCU⁴¹, isso porque é um dilema, porque o Estado brasileiro não está presente nas periferias. Onde você deveria levar para combater a ociosidade, a disponibilidade das crianças para o tráfico, para tudo isso, não existe Estado, mas existem esses trabalhos sociais. Quando você entra com esses

⁴¹ Trata-se do Tribunal de Contas da União (TCU).

trabalhos, eles são completamente desaparelhados para prestar contas, para atender o que os órgãos de controle querem. Então no final, aquilo que eu digo do conservadorismo no início, não é? Então se constrói um sistema que no final a gente não tem solução. Se você fizer alguma coisa, você vai ter problema com os órgãos de controle. Agora, se você não fizer nada, você não vai ter. Entendeu? Então a população fica desassistida, mas o seu CPF fica preservado. Por isso que eu digo, o Estado brasileiro, ele realmente é desenhado para que a população não seja atendida.

V.F. - Nesse momento até, por exemplo, os Pontos de Cultura vão sofrer um pouco essa pressão dos órgãos de controle

R.G. – É a mesma lógica. Por isso depois tem a mudança do marco regulatório, para tentar um pouco mudar isso. É claro que você também tem os casos em que existe problema, mas a gente questiona muito e vê isso hoje com as operações em curso. É muito complicado você prejudicar um setor inteiro por causa de um problema que você tem em um caso específico. Então a gente sempre fala: “Olha, gente, o Ministério do Esporte é um ministério de política finalística. Nós não somos polícia. Então se alguém roubou, isso é um problema de polícia. Não é questão que o ministério tenha como evitar, porque se não, você não tinha polícia.” Já pensou se o Banco Central pudesse evitar roubo a banco? Então seria muito bom. Mas você tem polícia porque os roubos existem. Por isso você tem CGU⁴², TCU, Polícia Federal e todas essas coisas. Mas, infelizmente, sempre com apoio dessa concepção da imprensa, principalmente, de que você tem que ter menos Estado, que o gasto do Estado é sempre uma coisa ruim, é sempre mal controlado, que é uma grande mentira. Nós vimos pelos resultados. É o contrário. O poder transformador desse investimento é muito grande. Depois a gente vai falar disso, quando for falar dos atletas que apareceram, tipo Isaquias⁴³, o fruto desse investimento. Você vê que é barato e que dá para fazer, mas precisa ter um histórico, precisa ter um processo de estruturação de política pública, de estruturação do Estado, para poder dar conta dessas tarefas que hoje não dá. Mas você sempre tem uma oposição muito grande no meio do caminho, tentando abater essa política. Então, imagina, você tinha, sei lá, mil convênios do Segundo Tempo. Sete, sei lá, você teve problemas mais sérios e aí você vai para cima de destruir a política pública. O número

⁴² Trata-se da Corregedoria Geral da União (CGU).

⁴³ O entrevistado se refere ao canoísta Isaquias Queiroz, que foi o primeiro brasileiro a ganhar três medalhas em uma mesma edição dos Jogos Olímpicos.

não é exatamente esse, mas é nessa proporção. Então você tem problema mesmo com dolo em muitos poucos casos, mas aí você transforma aquilo em uma oportunidade de tirar o Estado de um tipo de política pública. É isso que a gente observa. Nesses anos todos é sempre isso. Você nunca faz uma análise de custo x benefício. Nunca 90% está na parte do aceitável e 2% está na parte do criminoso, então você quer matar os 90% por causa dos 2%. E você sempre tem aí uns 8%, 10%, 15% de problemas de estruturação, não consegue prestar conta, que não funcionou bem, que teve algum problema. Mas quando você olha, são coisas explicáveis, que você entende. A realidade, ela é muito mais complexa do que aparece. Você tem uma concepção hoje... Os órgãos de controle na imprensa, que são muito assim. Se fosse possível você programar o mundo. Tudo é falta de planejamento. Não. Existem falhas de planejamento. O Pan teve falhas de planejamento. Mas você não consegue regular a vida real como ela é. Então você sempre tem o percentual grande de coisas que... Vou dar um exemplo no Segundo Tempo que acontecia muito. Você coloca o núcleo com 200 pessoas, compra alimentação para 200 pessoas, uniforme para 200 pessoas, material esportivo para 200 pessoas. Passam dois meses, 50 param de ir. Porque a família não quer, não vai, teve problema, mudou de cidade, não sei o quê. Aí vem o órgão de controle e fala: “Mas você comprou 200 lanches.” Aí a entidade falava: “Mas o Ministério, quando assinou o contrato, me obrigou a comprar 200 lanches.” “Ah, mas você não tem mais?” Eu não tenho como dizer. E se naquele dia forem as 200? Porque também não é assim. Em um dia vão 200, no outro vão 150, no outro vão 170. São dificuldades da vida. Nem sempre a burocracia, ela consegue reproduzir tão amiúde, de forma tão auditável, vamos dizer assim, essas realidades do tipo quantas pessoas vão estar naquele dia para eu comprar exatamente o número de lanches por turma. Isso gera questionamentos, então tudo isso vai somando com... Você pega esses problemas operacionais, se soma com aquilo que você teve de problema real e efetivo, vamos dizer, com dolo e aí tenta transformar isso em uma coisa diferente. Todos esses processos nosso sofreram um pouquinho dessa visão de mundo, vamos dizer assim.

C.S. – Ricardo, antes de a gente entrar em Copa do Mundo, queria pedir para você comentar que em 2011 tem a mudança de ministro com a saída do Orlando e a entrada do Aldo Rebelo, em meio aí a um inquérito para apurar irregularidades na pasta. Queria que você comentasse um pouco qual é o significado dessa mudança de gestão, nesse

momento um pouquinho confuso. Que impacto isso teve no trabalho do ministério naquele momento?

R.G. – Teve um impacto, principalmente, nessas políticas sociais. Foi esse o momento em que o ministério acaba deixando de priorizar tanto as políticas sociais e passa alguns anos mais lidando com as auditorias e com os problemas, do que propriamente com essas políticas. Do ponto de vista dos Jogos não houve grande mudança interna no ministério, porque a equipe dos Jogos Olímpicos não mudou. E o ministro Aldo também entrou entusiasmado, enfim. Ele, talvez, deu um reforço mais significativo nessa ideia da nacionalização, que para o ministro Aldo é sempre um tema importante esse de você ter políticas que abranjam a totalidade do território brasileiro. O ministro Aldo é um grande defensor disso e um grande opositor dessas políticas em que você só reproduz essa concentração Sul – Sudeste que o Brasil tem. É algo que a gente já via, mas que o ministro Aldo coloca mais no centro da agenda do que estava antes com o Orlando. Então nós não somos tão afetados, porque a equipe continua e aí os questionamentos todos foram muito mais nessa parte do social. Em que pese que eu tenha passado um ano, grande parte dos problemas são em convênios que vêm depois que eu saí da Secretaria de Esporte Educacional. Nem do meu possível envolvimento nesses problemas não teve esse impacto, então eu não tinha muito também que me preocupar com isso, porque os problemas aconteceram depois de eu ter passado para a Secretaria de Esporte Educacional. Então realmente não teve grandes impactos. O ministro Aldo entrou com um grande respeito da presidente Dilma, então eu acho que também ele foi muito marcante nas decisões que geraram grande parte dos legados olímpicos. Porque até o ministro Orlando nós ainda estávamos mais no bê-á-bá da constituição da governança dos Jogos. E o ministro Aldo, ele consegue avançar muito mais já nos legados. Então centro de administração em esporte, o plano Brasil Medalha, todas essas pistas de atletismo que nós fizemos, os grandes centros, o Centro Olímpico do Nordeste, o Centro Paralímpico de São Paulo, são decisões que vêm na gestão do ministro Aldo Rebelo. Então, realmente, ele tem um impacto grande, mas não há grandes mudanças na linha. Na verdade, ele consegue pôr de pé muitas coisas que estavam sendo gestadas desde o Orlando lá no Ministério.

C.S. – Ricardo, você podia comentar aí nesse processo, nesse histórico de realização de grandes eventos esportivos, qual foi a importância da experiência da Copa do Mundo de 2014?

R.G. – Então, a Copa é uma questão um pouco diferente, não é? A FIFA⁴⁴ é um pouco diferente desse mundo olímpico, vamos dizer. Apesar dela fazer parte do mundo olímpico, ela é muito mais orientada a negócios. A Copa do Mundo é muito mais dinheiro do que legado. O COI também tem essa dimensão muito forte do negócio, mas ele tem um discurso e uma cobrança em torno do legado que é muito mais forte. Então pode ser até que na prática, do ponto de vista de negócios, os dois se equivalham, mas do ponto de vista da agenda, a agenda do COI é muito mais marcada por legado, por tudo isso. Eu acho que a Copa, ela é um momento que, talvez, não seja, inicialmente, o mais alto do ministério, porque um pouco das experiências do Pan, de tudo isso, elas não são todas aproveitadas. Eu acho que o comitê organizador e a Fifa têm mais liberdade do que nós tínhamos julgado que era adequado em uma relação dessas. Escolha de sede, de tudo isso. Então já define quantas sedes são, eles mesmos negociam com os estados. Isso depois a gente paga um preço, porque, de novo, o ministério que é cobrado, mas sob decisões... Foram decisões dos estados, então quantas vezes eu vi o ministro Aldo responder sobre: “Ah, o estádio de Brasília é muito grande”. Sim, mas foi uma decisão da Fifa com o governo do estado de Brasília. Então a coisa correu um pouco mais solta do que eu acho que seria adequado. Mas ela vai bem até as manifestações de 2013⁴⁵. As manifestações de 2013, elas são muito impactantes para o esporte, porque pela primeira vez, de forma muito dura, se contrapõe mesmo saúde, educação, ao esporte. E aquilo acaba tirando um grande entusiasmo das pessoas com o evento. Então muito do que nós planejamos para a Copa do Mundo, para os Jogos Olímpicos, em termos de legado, em termos de promoção do país, é assassinado por essas manifestações, que transformam esse investimento em uma coisa malvista. Eu digo que é sempre o grande crime que é realizado por essas manifestações, porque você perdeu patrocínio, participação de empresas, de patrocínio privado, com uma coisa que era absolutamente mentirosa. Você estava falando de financiamento dos governos de estado para construção de estádio e as pessoas achavam que você tinha tirado da saúde e da educação. Aquele não era um recurso que poderia ser utilizado para melhorar atendimento em posto de saúde. E mesmo se fosse, não ia mudar em praticamente nada a situação, porque o financiamento da saúde e educação é muito superior a qualquer

⁴⁴ Trata-se da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).

⁴⁵ Trata-se de uma série de manifestações de massa que ocorreram por todo o país no ano de 2013, sobretudo no mês de junho. Inicialmente motivadas pela contestação aos aumentos das tarifas de transporte público em várias cidades, extrapolaram para denúncias e questionamentos sobre todo o sistema político-econômico nacional. Tal movimento ficou conhecido como Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho.

coisa que se investiu em estádio. Então, eu acho que, do ponto de vista da Olimpíada, nós conseguimos manter aquele alinhamento, então o Maracanã, ele é reformado, modernizado e depois utilizado para os Jogos Olímpicos. Assim como os outros estádios da cidade do futebol, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo, Manaus, nos Jogos Olímpicos se utilizam dessas arenas construídas para a Copa. Então, do ponto de vista dos Jogos Olímpicos a gente consegue continuar com a mesma linha, mas eu acho que na Copa do Mundo acaba o ministério um pouco mais distante dessas lições. Ela acontece com outra equipe, com outra visão sobre os eventos esportivos. Eu particularmente, na minha visão, teria tido na Copa uma série de medidas um pouquinho diferente. Eu, por exemplo, cheguei a defender que achava que o ministério devia ter feito um projeto padrão de estádio para oferecer para os estados. Porque no final ficou uma coisa um pouco solta. Cada estado fez uma coisa no seu padrão e nem todos fizeram coisas razoáveis. Alguns exageraram nesse padrão. Então da mesma maneira que se você for no Castelão⁴⁶, você vai encontrar um acabamento mais rústico nas áreas de serviço, nos corredores e tudo isso, você vai em Brasília, vai encontrar uma quantidade de granito gigantesca em um monte de lugar que talvez não fosse necessário. Então eu acho que o ministério poderia, talvez, ter tido um papel mais ativo. Mas, obviamente, existia uma resistência da Fifa. Não era algo que estava ali à mão do ministério para fazer. É algo que teria que ter sido construído com um certo grau de conflito. E aí eu acho que isso, essas manifestações, elas realmente cobram muito dos Jogos Olímpicos, porque muitas decisões, principalmente a promoção do país e tal, são prejudicadas. Eu sempre falo o seguinte: “Você tem os dois lados, despesa e receita.” O Brasil conseguiu resolver hoje, tem tecnologia de fazer Jogos econômicos. Isso nós temos que nos orgulhar. Os Jogos do Rio foram muito mais baratos que Londres, muito mais baratos do que vão ser Tóquio. E nós fazíamos com competitividade. Essa balela de custo Brasil não existe para Jogos Olímpicos. Nós fizemos muito mais barato e em condições muito boas, comparado com quem vem antes e com certeza com quem vem depois. Porque imagina, só um estádio olímpico de R\$ 1,5 bilhão, você está falando de R\$ 5 bilhões praticamente. Então é um custo estúpido. Na Olimpíada o Ministério do Esporte com a prefeitura, na prefeitura, investiu R\$ 2,5 bilhões. Então talvez o nosso custo de equipamentos esportivos tenha chegado perto dos R\$ 5 bilhões. Eles estão gastando em um único. então a gente pode se orgulhar disso. Mas essa presença no

⁴⁶ Trata-se do Estádio de Futebol Governador Plácido Castelo, mais conhecido como Castelão localizado na cidade de Fortaleza, Ceará.

exterior, esse vender o Brasil no bom sentido, essa questão de você gerar receitas com eventos foi muito prejudicada por essa percepção. Algumas decisões poderiam ser tomadas em 2013, 2014 em termos de realmente, para um grande *boom* do Brasil no exterior, foram retraídas. Porque existiram ataques a patrocinadores, tipo [inaudível] e Itaú. Então houve, inclusive, um custo disso, de que as empresas privadas recuaram demais no financiamento disso. Você teve, no final, um efeito negativo de aumentar o custo da participação do governo. Apesar de ter sido, do ponto de vista do investimento privado, um grande sucesso o Rio 2016, realmente teve um sucesso maior até do que o COI esperava, mas ele poderia ser maior ainda, poderia ser realmente mais estrondoso se não tivesse tido toda essa confusão em torno de 2013 e as pessoas não tivessem recuado muito nesse investimento, nesse entusiasmo. Eu acho que nós falhamos muito nos Jogos Olímpicos em toda essa promoção e aí, quando chega no contexto dos Jogos, com crise política, com zika, com tudo isso, você não está aparelhado para fazer esse enfrentamento do ponto de vista da promoção internacional. Estava lendo agora até, hoje, uma paratleta que teve a atleta⁴⁷ que ela ganhou no Rio roubada em Berlim. Então combater essa questão da percepção internacional é uma coisa que custa dinheiro. O Brasil se vende muito pouco no exterior. As pessoas ainda, no Brasil, acham que esse é um dinheiro jogado fora. Ainda acham que é um desperdício. Sem entender todas essas cadeias do entretenimento, da hotelaria, do turismo, do esporte, como grandes cadeias produtivas com potencial de gerar riqueza para o país muito grande. Então eu tenho certeza que, se nós não tivéssemos as manifestações de 2013, a gente estaria em outra situação para essa promoção do Brasil para os Jogos Olímpicos.

V.F. - Você falou um pouco agora das manifestações de 2013 do ponto de vista dos investimentos econômicos. Agora, esse conjunto de manifestações, que também se colocou no momento da Copa das Confederações, que justamente estava acontecendo em 2013. Eles estiveram na agenda do ponto de vista da questão da segurança como uma preocupação durante o processo da Copa das Confederações e também pensando já na Copa do Mundo de 2014?

R.G. – Na Copa do Mundo sim. Então, isso foi uma coisa também muito ruim para o Ministério do Esporte, porque enquanto antes tudo girava em torno de investimento no social, em promoção do exterior. Se você olhar o processo de promoção no exterior do

⁴⁷ O entrevistado provavelmente se enganou. A palavra correta seria medalha.

Pan, ele foi muito bem montado e nós podíamos dar um salto enorme na Copa do Mundo. Tudo isso foi substituído por agendas em segurança, investimento em segurança, problemas nas PMs⁴⁸, os governadores todos demandando o governo federal. Isso tirou também muito, deixou de ser o esporte o ponto central e entraram outros temas, como o da segurança, com uma força que nós não desejávamos. Acho que foi operado com muito sucesso, você não teve nenhuma morte. Quer dizer, você teve situações muito conflituosas sem nenhum acontecimento trágico como você teve, por exemplo, na Turquia, que você teve em outros lugares que enfrentaram manifestações desse tipo, mas a agenda, ela deixou de ser esportiva, deixou de ser turística. Nós esquecemos de novo um pouco o lado da receita, o lado da promoção do Brasil, atrair turistas, do vender um Brasil com mais capacidade econômica, [inaudível] de entrega e ficamos reféns de dizer: “Olha, vai ter segurança, não vai ter. É seguro, ou não é seguro vir ao país”.

V.F. – Agora, apesar de não terem acontecido as mortes como você mencionou que aconteceram no caso da Turquia, algumas manifestações foram reprimidas de maneira muito violenta. Eu lembro claramente as manifestações do Rio durante a Copa das Confederações. Então essa era uma preocupação do governo federal, de tentar ter uma interlocução com os governos estaduais, com as forças de segurança, as PMs, pensando justamente como lidar com esses movimentos?

R.G. – Claro, tinha toda essa preocupação de você não ter nenhum tipo de incidente mais sério. Você tinha *black blocks* soltos na rua, muito vandalismo. Até hoje há muitas dúvidas sobre o que havia por detrás desses movimentos, porque eles acontecem em um momento de pleno emprego, desemprego de 5%. Há muito que as ciências sociais explicarem um pouco essa motivação, porque é impressionante. Você vê que elas acontecem em um momento de... Talvez um dos melhores momentos do país. Em um momento em que você começa a diminuir juros. Muitos pesquisadores falam sobre isso, sobre o impacto desses interesses ligados aos maiores capitais no financiamento desse tipo de manifestação. É uma coisa que ela nasce muito mais armada nos meios de comunicação, na percepção, do que na realidade concreta do país, que vive os menores desempregos da história. É um processo de ascensão econômica, de sucesso. Então é muito estranho, porque são manifestações que não têm uma base, do ponto de vista da

⁴⁸ Trata-se da abreviação para Polícia Militar (PM).

sua qualidade de vida. Não é a população protestando contra a sua qualidade de vida. Então muita preocupação de você ter diálogo, você falar e fora uma competência primordial das PMs, dos governos estaduais. Preocupação maior era dar apoio aos estados, muitos governadores preocupados.

[FINAL DO DEPOIMENTO]